Robustez combina comigo



Relatório & Contas
2018

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS 4
DIREÇÕES 5
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 6
QUADRO I – PRINCIPAIS INDICADORES 12
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 13
1.1. Enquadramento Internacional e Nacional 13
1.2. Sector Financeiro 18
2. SÍNTESE DA ATIVIDADE 20
3. ATIVIDADE BANCÁRIA 21
3.1. Depósitos 21
3.2. Créditos 23
3.3. Crédito e Juros Vencidos 26
3.4. Atividades Financeiras 27
4. OUTRAS ATIVIDADES 29
4.1 Recursos Humanos 29
4.2 Gestão de Riscos 34
4.3 Recursos Tecnológicos e Informáticos 35
4.4 Organização, Qualidade e Controlo Interno 36
4.5 Instalações 37
4.6 Marketing 38
4.7. Novos Canais Eletrónicos 39
4.8. Relações com os Emigrantes 40
4.9. Relações e Negócios Internacionais 40
4.10. Atividades no Âmbito da Responsabilidade Social 41
5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE 43
5.1 Resultados do Exercício 43
5.2 Rendibilidade e Eficiência 46
5.3 Rácios Prudenciais 46

5.4 Provisões e Imparidade 47
5.5 Créditos e Juros Vencidos 48
6. Eventos Subsequentes 48
7. Proposta de Aplicação de Resultados 49
8. Notas Finais 51
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 52
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório dos Auditores Externos
Relatório Governo Societário

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcelino Fonseca Coelho Monteiro
Vice-Presidente	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)*
Primeiro Secretário	Suellen Patricia Bettencourt Rodeia *(INPS)*

Conselho de Administração

Presidente	Paulo Santos Monteiro Júnior
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira (INPS) *
Vogal	José Augusto Rocha Mendes Fernandes (INPS)
Vogal	Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Célia Maria Barreto dos Santos
Vogal	Antão Miguel de Morais Lima Chantre

* a partir da Assembleia Geral de 28 de Maio 2018

Conselho Fiscal

Presidente	Ivanilde Veronica Tavares Costa
Vice-Presidente	António Pedro Gomes Silva
Vogal	João Augusto Barros Pina
Suplente	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

DIREÇÕES

	Cargo	Nome
Direção Financeira e Internacional	Diretor	Manuel Júnior
Direção de Informática, Comunicação e Segurança	Diretor	Abel Cardoso
Direção Comercial Norte	Diretor	Manuel Henrique Almeida
Direção Comercial Sul	Diretora	Denise Santos
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Diretora	Fátima Bernardino
Direção Operacional	Diretora	Ariana Ribeiro
Direção de Gestão de Risco	Diretor	João Carlos Lopes
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Coordenador	Carlos Pereira
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Coordenadora	Maria de Lourdes Lobo de Pina
Gabinete de Auditoria Interna	Coordenadora	Antónia Cardoso (até 30-Set)
	Coordenadora	Carmen Varela (a partir 1-Dez)
Gabinete de Marketing	Coordenadora	Elga Santana
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	Coordenador	José Luis Silva
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Coordenadora	Vera Lima
Gabinete da Função *Compliance*	Coordenador	Domingos Semedo
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Coordenador	Octávio Melo
Gabinete de Auditoria de Sistemas de Informação	Coordenador	Jorge Lima
Gabinete Secretariado e Relações Públicas	Responsável	Nancy Cardoso

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas, Clientes e Amigos,

A conjuntura económica prevalecente durante o exercício de 2018, caracterizou-se por uma aceleração do crescimento da economia mundial, tanto nos países de economia avançada como nos países emergentes e em desenvolvimento, com performances acima das previsões, tendo a taxa de crescimento do PIB mundial atingido cerca de 3,9 %, apesar da persistência de algumas incertezas.

A Zona Euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, registou um crescimento historicamente elevado, tendo crescido cerca de 2,3%, superior à media do crescimento da última década,

As incertezas ligadas ao processo de Brexit agravaram-se, tendo pairado no ar o espectro duma saída sem acordo, com as suas consequências imprevisíveis.

A nível nacional, assistiu-se a uma dinâmica favorável na evolução do PIB, com uma projeção de crescimento de 4,5%, sendo de destacar o desempenho das exportações de mercadorias e de serviços.

O sector bancário nacional continua sendo caracterizado por uma forte concorrência baseada, essencialmente no preço, entre os bancos da praça, provocando uma forte pressão na rentabilidade dos bancos. Concluiu-se o processo de entrada do IIBG Holdings do Bahrain no capital social do Banco Internacional de Cabo Verde (ex. Banco Espírito Santo Cabo Verde). A CGD anunciou a venda de um dos seus bancos em Cabo Verde, tendo posteriormente precisado tratar-se do Banco Comercial do Atlântico.

Em termos de alterações no quadro normativo, o destaque vai para a entrada em vigor da nova Norma Internacional de Relato Financeiro, a IFRS 9 e a aprovação do decreto legislativo 3/2018 que liberaliza as operações cambiais e as transações económicas.

A nível institucional sublinha-se a comemoração dos 90 anos do Banco com a realização de atividades que contribuíram para o reforço da visibilidade e da notoriedade da Caixa, nomeadamente, criação e implementação de um programa e uma campanha de comunicação institucional sob o lema "Obrigado " que incluiu entre outros, a produção duma seleção de Mornas, a colocação de "outdoors" e difusão de spots televisivos. Em termos da estrutura acionista, a Geocapital comunicou à Caixa e ao mercado a sua intenção de alienar a totalidade da sua participação no capital social da Caixa. Essa intenção, que poderá ser concretizada em breve, insere-se no processo de reconfiguração do elenco acionista da Caixa que foi iniciado com a venda da participação da Seguradora Ímpar.

O ano de 2018 foi mais um exercício muito positivo para a Caixa Económica e constituirá seguramente mais um marco importante no seu percurso de consolidação, de reforço da sua posição no sistema bancário, de robustez financeira e de indicadores prudenciais.

A nível organizacional, visando por um lado, reduzir o risco operacional, aumentar a eficiência na gestão dos processos e por outro, criar as condições para que a área comercial se dedique as atividades pondo o enfoque no cliente, prosseguiu-se com a estratégia da transferência para a Direção Operacional das atividades administrativas e operacionais, criando assim as condições para que a área comercial seja verdadeiramente um canal de vendas e de relacionamento com os Clientes. Neste contexto, além do reforço da equipa comercial a nível nacional, foram implementadas soluções inovadoras de gestão documental e de processos.

De destacar a implementação do serviço CaixaMobile, com funcionalidades inovadoras e únicas no mercado financeiro em Cabo Verde.

Entraram em funcionamento as novas instalações da Fazenda (agência e unidade de microcrédito) e Achada Santo António na Cidade da Praia, Tarrafal de Santiago inteiramente renovadas e lançou-se o concurso público para a elaboração do projeto da sede regional de S. Vicente. Foi afetado um novo espaço, totalmente renovado para arquivo central, e adquirido um novo espaço em local nobre, para construção de futuras instalações da Caixa no Plateau.

Em matéria racionalização, otimização das estruturas e do funcionamento destacam-se: a digitalização do processo de abertura de clientes e contas que reduziu significativamente o risco operacional e o consumo de papel, a instalação de painéis fotovoltaicos na sede da

instituição, com resultados palpáveis na redução da fatura energética, iniciativas que se ajustam na perfeição com o nosso compromisso com a preservação do meio ambiente.

Em matéria de reforço do controlo interno, foram levadas a cabo diversas iniciativas que culminaram com a aprovação de importantes Instrumentos como o Manual de Controlo Interno, o Manual de Auditoria Interna, a Política de Risco, entre outros.

Com o objetivo de reforçar e melhorar a capacidade de resposta da Instituição em termos de análise e gestão de riscos, procedeu ao reforço da capacidade da Direção, e foi proporcionado ao Diretor do Risco uma visita de estudos a um banco parceiro com experiência relevante em atividades de banco de investimento. O Coordenador do Gabinete de Compliance participou numa ação de formação internacional de certificação em matéria de Compliance.

Ainda em matéria de formação, em articulação com o BCV e parceira com a ATTF de Luxemburgo, vários colaboradores do Banco participaram em ações de formação a nível nacional, além das ações de formação internas.

O Banco continuou a acompanhar a situação de excesso de liquidez, tendo procedido a uma atualização das taxas de juro passivas, e definição de limites de apetite ao risco, incluindo entre outros, os de mercado e liquidez.

Em termos globais, o desempenho da Caixa durante o ano de 2018, traduziu-se num reforço da rentabilidade e da solidez financeira da Instituição.

O Ativo Líquido registou um crescimento de 0,54% (+389.724 contos) em relação a Dezembro de 2017, atingindo 72.659.840 contos, explicado sobretudo pelo crescimento das rubricas de Aplicações em Instituições de Credito e de Créditos a Clientes.

Os Depósitos Totais de clientes, conforme planeado, conheceram um crescimento residual de 0,57% (+329.838 contos) atingindo 67.063.670 contos em Dezembro de 2018, contra 66.685.226 contos em Dezembro de 2017.

O Crédito Bruto a Clientes registou um crescimento de 3,60% (+1.383.138 contos), atingindo 39.781.257 contos em Dezembro de 2018 contra 38.398.118 contos em Dezembro de 2017.

O acompanhamento e a gestão do incumprimento, assim como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento mereceram, à semelhança dos anos anteriores, uma atenção

especial da Caixa, e deverão continuar a merecê-la, considerando o nível ainda elevado do crédito vencido, apesar da diminuição do rácio registado em 2018, bem como a necessidade premente de encontrar uma solução imediata para os ativos recebidos em pagamento e que já atingiram o prazo limite de permanência no balanço.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, registaram uma melhoria em relação ao ano anterior, tendo o rácio de Crédito Vencido evidenciado uma diminuição de 1,17p.p., passando de 16,65% em 2017 para 15,48% em 2018.

O Resultado Líquido do Exercício que em Dezembro de 2017 tinha atingido 452.519 contos, atingiu 473.861 contos, em Dezembro de 2018, evidenciando um crescimento de 4,72% (+21.342 contos), explicado essencialmente pela melhoria do Produto Bancário.

Com a introdução do IFRS 9, as imparidades coletivas do exercício foram divididas em duas partes, sendo uma referente ao impacto da adoção do modelo de imparidade e a outra resultante da evolução da carteia do crédito.

As dotações de imparidades do exercício de 2018 imputáveis a demonstração de resultados atingiram o valor de 867.092 contos. Adicionalmente, em decorrência da adoção do novo modelo de imparidade, foram constituídas imparidades no valor 379.172 contos, que por exigência da norma, foram registadas diretamente em diminuição dos Resultados Transitados, elevando assim para 1.246.264 contos o reforço bruto de imparidade do exercício.

Ainda como resultado da introdução dos IFRS 9, foi registado nos Resultados Transitados um crédito de 115.262 contos a título de regularização do imposto corrente.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) registou um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, passando de 11,51% para 11,29% como consequência do aumento dos Capitais Próprios a um ritmo superior do ao aumento do resultado liquido.

Os Fundos Próprios da instituição atingiram 4.145.008 contos em 2018, evidenciando um aumento de 8.763 contos (+0,21%) comparativamente ao período homólogo, explicado, sobretudo pelo aumento dos Resultados líquidos.

Em virtude do crescimento do credito a um ritmo superior ao crescimento dos Fundos Próprios Regulamentares, o Rácio de Solvabilidade evidenciou uma diminuição de 0,08p.p. atingindo 15,70%, em Dezembro de 2018, nível acima do mínimo regulamentar em vigor, que é de 12%.

O rácio de "Cost to income", medida de eficiência dos bancos, situou-se em 51,32%, evidenciando uma diminuição de 6,51p.p. em relação a 2017, explicado essencialmente pela melhoria do Produto bancário.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, facto pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

Praia, 31 Maio de 2019

O Conselho de Administração

Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior

Vice - Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal - José Augusto Rocha Mendes Fernandes

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

QUADRO I – PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2018	2017	Variação 2018 Absoluta	Variação 2018 Relativa
1. Dimensão					
- Ativo Líquido	Contos	72.659.840	72.270.116	389.724	0,54%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Result)	Contos	4.244.873	4.147.473	97.400	2,35%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	Contos	52.147.844	50.465.493	1.682.351	3,33%
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Contos	47.592.161	46.907.492	684.669	1,46%
- Recursos de Clientes	Contos	67.844.700	67.019.735	824.965	1,23%
- Trabalhadores Ativos		345	343	2	0,58%
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	37	37	0	0,00%
- Agências	Unidades	34	34	0	0,00%
- Delegações nos Correios	Unidades	3	3	0	0,00%
2. Rendibilidade					
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	473.861	452.519	21.342	4,72%
- Cash Flow do Exercício	Contos	1.450.281	1.193.810	256.471	21,48%
- ROA (Resultado Liq/Ativo Liq Médio)	%	0,65	0,67	-0,02	p.p.
- ROE (Resultado Liq/Capitais Próprios Médios)	%	11,29	11,51	-0,22	p.p.
3. Prudenciais					
- Fundos Próprios (Aviso 3/2007)	Contos	4.145.008	4.136.245	8.763	0,21%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso 4/2007)	%	15,70	15,78	-0,08	p.p.
- Rácio do Imobilizado Liq (Imobilizado Liq./F.Próprios)	%	198,45	199,98	-1,53	p.p.
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _optica Liquidez)	%	65,47	62,94	2,53	p.p.
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	%	81,28	80,41	0,87	p.p.
- Liquidez Geral	%	30,37	30,82	-0,45	p.p.
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	15,48	16,65	-1,17	pp.
- Imparidades Créd Vencido/Créd Vencido (s/Titulos)	%	73,72	59,11	14,62	p.p.
- Imparidades Créd Vencido/Créd Vencido (c/Titulos)	%	78,28	59,27	19,01	p.p.
4. Funcionamento					
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	%	51,32	57,83	-6,51	p.p.
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8.235	7.484	751	10,04%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	%	39,99	41,31	-1,32	p.p.
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	4.216	3.516	700	19,89%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	33,09	30,37	2,72	p.p.
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	%	2,00	1,78	0,23	p.p.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Acionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2018.

1.1. Enquadramento Internacional e Nacional

1.1.1. Conjuntura Internacional

A economia mundial continua na senda da recuperação, refletindo a retoma da dinâmica do comércio internacional, a melhoria no mercado de trabalho e a recuperação dos preços das *commodities* (principalmente os energéticos), que tem contribuído para o aumento da inflação mundial.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) de acordo com o seu relatório de Perspetivas Económicas Mundiais de Outubro de 2018, estima que a economia mundial cresceu 3,7% em 2018 (valor idêntico ao observado em 2017). Para 2019 prevê-se que a economia mundial irá manter o seu crescimento nos 3,7%.

Referindo-se às economias emergentes, o FMI projetou um crescimento idêntico de 4,7% para 2018 e 2019, respetivamente.

Quanto às economias avançadas, a previsão para 2018 foi de 2,4% (0,1 p.p. acima do valor registado em 2017) e 2,1% para 2019.

Quanto ao nível geral de preços, as estimativas mundiais do FMI das pressões inflacionistas, apontam para o aumento nas economias avançadas, passando de 1,7%, em 2017, para 2,0%, em 2018. Para os mercados emergentes e em desenvolvimento a previsão é de que a subida nos preços seja de 5,0%.

Relativamente aos principais parceiros de Cabo Verde, as perspetivas do Fundo apontam para perda do ritmo de crescimento da economia da Área do Euro, comparativamente ao período homólogo (2,4%). Em 2018, a economia Europeia cresceu 2,0%, impulsionado pela melhoria registada nas exportações, na formação bruta de capital fixo e na redução do risco político.

Para os Estados Unidos da América (EUA) as perspetivas são de reforço do crescimento. De acordo com as projeções do FMI, a economia norte-americana cresceu 2,9% em 2018, valor superior em 0,7 p.p., comparativamente a 2017, impulsionado pelos elevados cortes fiscais com impacto positivo no consumo privado, pelos desempenhos do investimento e pelas exportações.

As projeções do FMI para 2018 continuam a apresentar uma revisão em baixa do crescimento do Reino Unido, que passou de 1,7% em 2017 para 1,4%, refletindo assim as incertezas provenientes da efetivação do Brexit que se deverá materializar a 29 de Março de 2019, se não for protelado.

As projeções do FMI apontam que os países da região da Africa Sub-sahariana, grupo onde Cabo Verde está inserido, cresceu 3,1% em 2018 (antes 2,7% em 2017).

No decurso de 2018 observaram-se períodos de aumento significativo da tensão nos mercados financeiros internacionais e de aversão ao risco relativamente a alguns segmentos de mercado e geografias. Como principais desenvolvimentos destacam-se as quedas acentuadas nas bolsas norte-americanas nos meses de fevereiro e outubro, as fortes depreciações das moedas de algumas economias de mercado emergentes face ao dólar e o aumento significativo dos *spreads* da dívida soberana Italiana. A conjuntura económica manteve-se favorável a nível mundial e, apesar da normalização da política monetária nos EUA a um ritmo superior ao esperado pelos participantes nos mercados, as condições monetárias continuaram globalmente acomodatícias. Não obstante se ter observado algum aumento dos prémios de risco no período recente, os comportamentos de procura por rendibilidade (*search for yield*) continuaram a contribuir para a manutenção de uma compressão significativa dos prémios de risco à escala global. A tensão latente nas relações comerciais entre os EUA e a China contribuiu para o aumento da volatilidade mas os impactos concretos, por exemplo, nas valorizações dos ativos financeiros, têm sido limitados, com exceção das quedas no mercado acionista chinês.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos internacionais.

Quadro II - Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos Internacionais

	Crescimento Real do PIB em %		
	2017[E]	2018[P]	2019[P]
Produto Mundial	**3,7**	**3,7**	**3,7**
Economias Avançadas	**2,3**	**2,4**	**2,1**
EUA	2,2	2,9	2,5
Área do Euro	2,4	2,0	1,9
Alemanha	2,5	1,9	1,9
França	2,3	1,6	1,6
Itália	1,5	1,2	1,0
Espanha	3,0	2,7	2,2
Japão	1,7	1,1	0,9
Reino Unido	1,7	1,4	1,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**4,7**	**4,7**	**4,7**
Brasil	1,0	1,4	2,4
Rússia	1,5	1,7	1,8
Índia	6,7	7,3	7,4
China	6,9	6,6	6,2
Africa Sub-Sahariana	2,7	3,1	3,8
Inflação			
Economias Avançadas	1,7	2,0	1,9
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,3	5,0	5,2

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais, FMI, Outubro 2018
P - Projeções de Outubro de 2018
E - Estimativas de Outubro de 2018.

1.1.2. Conjuntura Nacional

Em 2018, os indicadores da atividade económica apontam para o aumento do ritmo de crescimento da economia nacional, fortemente assente no enquadramento externo favorável dos principais parceiros comerciais do país.

Os dados atuais das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), indicam que o produto interno bruto cresceu 5,0% em termos reais no terceiro trimestre de 2018 (7,0% no 3º trimestre 2017). Esta evolução resulta principalmente do contributo das despesas do consumo final (devido ao aumento das despesas do consumo Privado) e do Investimento. Analisando o desempenho da economia no 3º trimestre na ótica da oferta, verifica-se *performance* benigna dos setores secundário e terciário, crescendo 9,2% e 3,1%,

respetivamente. Note-se que o crescimento económico do período se baseou essencialmente na procura interna e nas exportações de serviços, com destaque para o aumento da relevância do turismo.

Relativamente aos indicadores de conjuntura do quarto trimestre, publicados pelo INE, apontam que o ritmo de crescimento continua a acelerar, evidenciando um ambiente macroeconómico favorável. Este diagnóstico conjuntural resulta da síntese das apreciações positivas transmitidas pelos empresários do turismo, do comércio em estabelecimentos, do comércio em feira, dos transportes e serviços auxiliares aos transportes e da indústria transformadora. Por outro lado, uma apreciação menos favorável foi efetuada pelos empresários dos setores da construção.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou em alta o crescimento do PIB para 2018 em 4,5%, e para 2019 em 4,75%.

A economia cabo-verdiana cresceu 4,5% este ano e irá aumentar ligeiramente para 4,7% em 2019, segundo as projeções macroeconómicas do Banco de Cabo Verde (BCV), justificada essencialmente pelo aumento do consumo e do investimento público.

A nível de preços, em dezembro de 2018, a inflação média anual foi de 1,3%, valor superior em 0,5 p.p. em relação ao período homólogo. A variação homóloga do IPC foi de 0,9% (-0,3% em dezembro de 2017).

Relativamente ao sector externo, os dados provisórios do BCV evidenciam uma assinável melhoria das contas externas, justificada pelo deficit da balança corrente em 2.438,9 milhões de escudos no primeiro semestre (valor três vezes inferior ao verificado no período homólogo, 6.909,8 milhões de escudos), em virtude do aumento das exportações de bens e serviços, particularmente de víveres e combustíveis em portos e aeroportos internacionais a um preço mais elevado (em cerca de 46%, depois do crescimento de 34% em período homólogo), de pescado (em 51%, que compara a queda de 42% no primeiro semestre de 2017, devido ao atraso na assinatura da derrogação da cláusula de origem do acordo de pesca com a União Europeia) e de viagens (em 15%, mais 4p.p. que a dinâmica do período homólogo), impulsionada pela sólida procura, numa conjuntura de aumento da oferta de camas e do índice de preço turístico. Constata-se que esta melhoria refletiu-se na acumulação das reservas internacionais líquidas em relação às importações (5,8 meses de importações projetadas para 2018).

De acordo com os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV), as informações relativas ao setor monetário e financeiro, no primeiro semestre de 2018, indicam que a massa monetária, aumentou 7,2% em termos homólogos, essencialmente, devido ao aumento do crédito à economia (em 6,6%) e a recuperação das reservas internacionais líquidas do país (que passaram a crescer 4%, depois de terem registado uma queda 4,3% em 2017).

Quanto às contas públicas, de acordo com o Relatório da Politica Monetária do BCV, relativa ao primeiro semestre de 2018, aponta para o défice das contas públicas de 657 milhões de CVE (ante superavit de 685 milhões de CVE em 2017), justificada pelo crescimento mais contido das receitas públicas e pelo aumento das despesas de funcionamento. O stock da dívida pública, excluindo os TCMF (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira), ascendeu os 216,9 mil milhões de CVE (214,3 mil milhões de CVE em Dezembro de 2017). O comportamento da divida pública resulta essencialmente, da baixa execução dos investimentos públicos (14%, até Junho de 2018).

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos nacionais.

Quadro III – Principais Indicadores da Economia Cabo-verdiana

Indicadores/Unidades		Setembro/18	
	2017	2018	2019
	Estimativa	Projeções	
Setor Real			
PIB real (variação em %)	4,0	4,5	4,7
Setor Externo			
Défice Corrente (variação em % do PIB)	7,0	7,1	5,9
RIL/Importações (meses)	5,9	5,8	5,8
Setor Monetário			
IPC (vma em %)	0,8	1,3	1,4
Ativo Externo Líquido (variação em %)	2,3	0,9	3,9
Crédito à Economia (variação em %)	7,5	5,0	5,1
Massa Monetária (variação em %)	6,6	5,6	5,5

Fonte; BCV, RPM, Outubro 2018

1.2. Sector Financeiro

O contexto externo favorável, beneficiou o aumento do ritmo de crescimento da economia nacional. No entanto, o sector financeiro cabo-verdiano continua cada vez mais competitivo e concorrencial, com sete bancos comerciais e seis bancos off-shores a operarem no mercado, onde o nível de incumprimento e a perceção do risco continuam a influenciar negativamente a concessão de empréstimos.

O Banco de Cabo Verde (BCV) manteve durante o ano 2018, as medidas de política monetária adotadas no ano transato, medidas estas que segundo o BCV, tem contribuído para redução consistente das taxas passivas aplicadas nas operações bancarias, ao contrário das taxas ativas, bem como o decréscimo do crédito ao sector privado.

Por outro, o Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto autoridade de regulação e supervisão do sistema financeiro nacional, durante o ano 2018, continuou a zelar pelo reforço da robustez das instituições financeiras e da estabilidade do sistema financeiro através do reforço da regulação e do papel ativo da supervisão baseada em riscos. Neste quadro, o BCV emitiu e publicou vários avisos e legislações regulamentares, dos quais destacam-se:

- Aviso nº 1/2018 – sobre Reservas Mínimas de Caixa, estabelece alterações e inovações ao regime, nomeadamente o alargamento da base de incidência; a fixação de uma percentagem mínima do montante de reservas que as instituições devem manter, diariamente, nas contas de depósitos no BCV, em cada período de manutenção; a obrigatoriedade dos bancos usarem como câmbio de referência o, diariamente, fornecido pelo BCV; a menção expressa às penalidades aplicáveis no caso de incumprimento da percentagem mínima de reservas a manter;
- Aviso nº 2/2018 - altera e republica o Aviso n.º 1/2013, de 12 de abril, relativa as regras que as instituições financeiras, devem observar na divulgação do preçário e define os deveres de informação;
- Aviso n.º 3/2018 – autoriza a constituição de uma instituição financeira, com a denominação de PRÓ-GARANTE, Sociedade de Garantia Parcial de Crédito S.A;
- Aviso nº 4/2018 – autoriza a constituição de uma instituição financeira, com a denominação de PRÓ- CAPITAL, Sociedade de Capital de Risco, S.A.;

- Aviso nº 5/2018 – Plano de Contas que atenda às especificidades do Fundo de Garantia de Depósitos;
- Aviso nº 7/2018 - o Decreto-Legislativo n.º 3/2018, de 22 de junho, que altera os regimes jurídicos das operações cambiais e operações económicas e financeiras com o exterior.

Em 2018, a Bolsa de Valores de Cabo Verde continuou com a sua dinâmica de acalorar a economia, com as suas cotações e gestão das emissões de títulos do tesouro.

1.2.1. Caixa no Sector Financeiro Cabo-verdiano

A Caixa Económica completou no dia 18 de Maio de 2018, os seus 90 anos de existência, um percurso marcado pela inovação e conquistas que conduziram a Instituição ao topo do ranking das instituições nacionais e a ter uma elevada notoriedade tanto a nível nacional como a nível internacional. A Caixa continua a ser uma referência incontornável da história do sistema financeiro de Cabo Verde e se identifica perfeitamente com a evolução e o desenvolvimento do pais e do seu sistema financeiro.

A estrutura acionista da Caixa, em 31 de Dezembro 2018, o Capital Social ficou assim distribuído, evidenciando as participações qualificadas:

Quadro IV – Estrutura Acionista

Entidade	Nº de Ações	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200	47,21%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	142.147	10,21%
Total	**1.392.000**	**100,00%**

A cotação das ações da Caixa manteve estável ao longo do ano, valorizada ao preço de 2.900$00 por cada ação.

2. SÍNTESE DA ATIVIDADE

A economia mundial manteve o seu ritmo de crescimento sólido em 2018, não obstante, uma ligeira desaceleração. As condições nos mercados financeiros e no mercado de trabalho permaneceram favoráveis nas principais economias parceiras de Cabo Verde. A Caixa seguindo as suas orientações estratégicas, continua a apostar na melhoria contínua da sua oferta, com o objetivo de fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste contexto, a carteira de clientes registou uma evolução positiva com mais 13.299 Clientes (+3,94%) face a 2017, totalizando, em Dezembro de 2018, 350.499 clientes.

De um modo geral, o nível do desempenho da atividade da Caixa foi positivo.

A carteira dos Depósitos de Clientes totalizou 67.063.670 contos, registando assim um aumento de 0,57% (378.445 contos) relativamente a 2017. O Crédito a Clientes excluindo a dívida pública, também registou evolução uma evolução positiva ao atingir 39.781.257 contos, em Dezembro de 2018, ou seja, um aumento de 3,6% (+1.383.138 contos).

O Ativo Líquido totalizou 72.659.840 contos, em Dezembro de 2018, evidenciando um crescimento de 0,54% (389.724 contos), face à igual data em 2017, explicado sobretudo pelas Aplicações em Instituições de Credito e o Crédito a Clientes que registaram um aumento de 17,09% (1.457.720 contos) e 1,46% (684.669 contos) respectivamente. Por sua vez, o Passivo cresceu 0,43% (292.324 contos), totalizando 68.414.967 contos. Esta evolução deveu-se essencialmente aos Recursos de Clientes que aumentaram 1,23% (824.965 contos).

O Resultado Líquido do Exercício, que em Dezembro de 2017, tinha registado 452.519 contos, atingiu em Dezembro de 2018 os 473.861 contos, evidenciando um acréscimo de 4,72% (21.342 contos), derivado do acréscimo do Produto Bancário em 11,49% (292.046 contos). Contudo, a Rendibilidade dos Ativos (ROA), indicador da eficácia da instituição, registou um ligeiro decréscimo, ao passar de 0,67%, em 2017, para 0,65%, em 2018, em consequência do ritmo de crescimento do Resultado Líquido ser inferior ao do Ativo Liquido. De igual modo, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) decresceu comparativamente ao ano anterior, passando de 11,51% para 11,29%.

A Caixa, desde o aumento do seu capital social, em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, destacando-se o Rácio de Solvabilidade, que em Dezembro de 2018

alcançou 15,70%, quando o mínimo estabelecido é 12%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos de uma entidade que corresponde a 25% dos Fundos Próprios, situou-se nos 1.036.252 contos, refletindo o ligeiro aumento dos Fundos Próprios, que passou de 4.136.245 contos, em Dezembro 2017, para 4.145.008 contos, em Dezembro 2018, em grande medida devido a evolução dos Resultados Líquidos.

Analisando a qualidade da carteira de crédito, medida pelo rácio de Crédito Vencido sobre o Crédito Total, apresentou melhoria em relação ao período homólogo, ao passar de 16,65%, em 2017, para 15,48%, em 2018. No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Imparidade, a mesma atingiu 73,72%, em Dezembro de 2018, apresentando um aumento de 14,62p.p. face ao período homólogo. Se considerarmos a Imparidade de Títulos a cobertura alcança 78,28%.

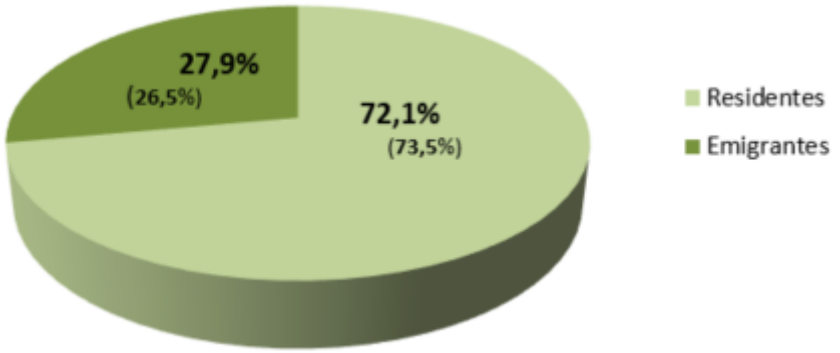
3. Atividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais, que em 2017 atingiram os 66.685.226 contos, registaram um acréscimo de 378.445contos (0,57%), alcançando um total de 67.063.670 contos, em 2018.

Do total registado em 2018, o Depósito dos Residentes deteve um peso de 72,08% e o dos Emigrantes, 27,92%.

Gráfico I - Depósitos Emigrantes e Residentes 2018



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2017

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2017 somavam 49.021.002 contos, atingiram, em 2018, os 48.340.516 contos, apresentando um decréscimo de 680.486contos (-1,39%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Bilhetes de Tesouro, no valor de 600.000 contos (-17,79%), tendo o total passado de 3.372.730 contos, em 2017, para 2.772.730 contos em 2018, bem como, os Depósitos à Prazo que registaram uma redução de 228.223 contos. No entanto, tais decréscimos foram em parte compensados pelo aumento ocorrido nos Depósitos a Ordem, no valor de 147.737 contos (0,52%), passando de 28.644.946 contos, em 2017, para 28.792.683 contos, em 2018.

Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 1.058.931 contos (5,99%) relativamente a 2017, tendo passado de 17.664.223 contos para 18.723.154 contos. Neste segmento, os Depósitos a Prazo revelaram um incremento de 6,24% (907.116 contos), enquanto os Depósitos à Ordem aumentaram 4,84% (151.815 contos).

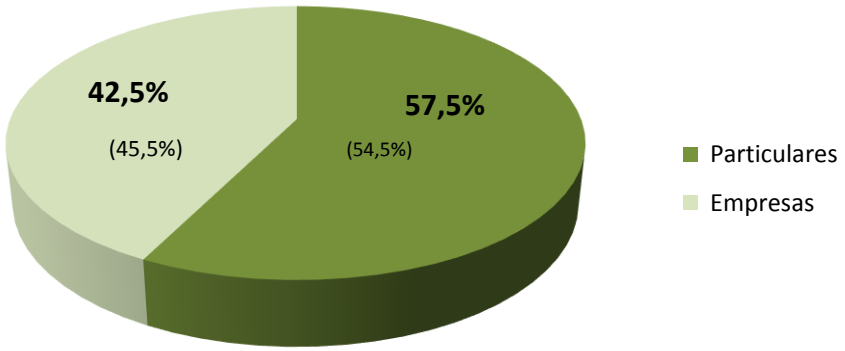
Quadro V - Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (contos) [1)]

Designação	2017		2018		Variação 2018	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Residentes	**49.021.002**	**73,51%**	**48.340.516**	**72,08%**	**-680.486**	**-1,39%**
Depósito à Ordem	28.644.946	42,96%	28.792.683	42,93%	147.737	0,52%
Depósito a Prazo	17.003.326	25,50%	16.775.103	25,01%	-228.223	-1,34%
Bilhetes Tesouro	3.372.730	5,06%	2.772.730	4,13%	-600.000	-17,79%
Emigrantes	**17.664.223**	**26,49%**	**18.723.154**	**27,92%**	**1.058.931**	**5,99%**
Depósito à Ordem	3.137.502	4,70%	3.289.316	4,90%	151.815	4,84%
Depósito a Prazo	14.526.722	21,78%	15.433.838	23,01%	907.116	6,24%
Depósitos Totais	**66.685.226**	**100,00%**	**67.063.670**	**100,00%**	**378.445**	**0,57%**

1) inclui, Depósitos de clientes e Instituições de crédito, Títulos do Mercado Secundário. Não inclui, Outros Recursos e Juros.

Analisando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (57,46%), superior ao que detinha em 2017 (54,48%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um decréscimo na sua quota-parte, passando de 45,52% em 2017 para 42,54% no ano 2018.

Gráfico II – Depósitos por tipo de Cliente – 2018



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2017

Enquanto os Depósitos dos Particulares passaram de 36.330.899 contos, em 2017, para 38.534.511 contos, em 2018, exibindo um crescimento de 2.203.612 contos (6,07%), os Depósitos das Empresas, por seu lado, sofreram um decréscimo, tendo passado de 30.354.327 contos, em 2017, para 28.529.159 contos, em 2018, correspondendo a 6,01% (1.825.168 contos).

Quadro VI - Depósitos das Empresas e dos Particulares (contos)

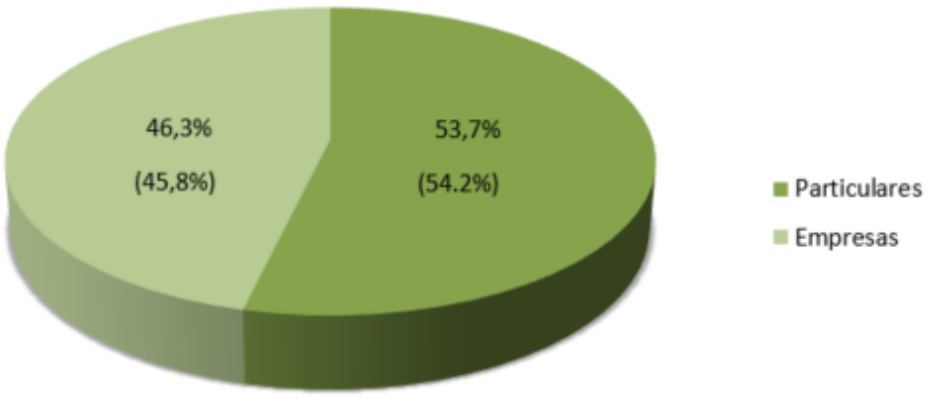
Depósitos	2017		2018		Variação 2018	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Particulares	36.330.899	**54,48%**	38.534.511	**57,46%**	2.203.612	**6,07%**
Empresas	30.354.327	**45,52%**	28.529.159	**42,54%**	-1.825.168	**-6,01%**
Total	**66.685.226**	**100,00%**	**67.063.670**	**100,00%**	**378.444**	**0,57%**

3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido anteriormente, a carteira da Caixa evidenciou uma evolução positiva em 2018. O Crédito Bruto, incluindo os Títulos Empresas e excluindo os Títulos do Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros, que em 2017 tinha registado o total de 38.398.118 contos, atingiu 39.781.257 contos em 2018, exibindo um acréscimo de 3,60% (1.383.138 contos).

O segmento Empresas, incluindo as Obrigações das Empresas, em 2018, representou 46,25% da Carteira de Crédito, ligeiramente acima da percentagem verificada em 2017 (45,81%). Relativamente ao Crédito a Particulares, passou a representar 53,75%, em 2018, percentagem abaixo dos 54,19% observados em 2017. Realça-se que o crédito ao Investimento e o crédito à Habitação continuam a representar a maior fatia da carteira, com 32,55% e 34,86%, respetivamente, apesar de ambos terem diminuído as correspondentes quotas em relação a 2017, em que representavam 34,93% e 35,00%. Destaque-se no entanto que o Crédito Tesouraria foi o que mais contribuiu para crescimento verificado em 2018, ao registar mais 30,52% (1.274.523 contos), alcançando uma quota de 13,70%.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares



O Crédito às Empresas aumentou 4,61% (811.112 contos), passando de 17.588.992 contos, em 2017, para 18.400.103 contos, em 2018, explicado pelo Crédito Tesouraria.

No que concerne ao Crédito a Particulares, registou um acréscimo de 2,75% (572.026 contos), ao passar de 20.809.127 contos, em 2017, para 21.381.153 contos, em 2018, explicado sobretudo pelo Crédito Habitação que registou uma variação positiva de 3,19% (428.735 contos) ficando pelos 13.866.681 contos, comparativamente a 2017 que tinha registado 13.437.945 contos. Por sua vez, o Crédito Outros Fins cresceu 1,94% (143.291 contos) atingindo os 7.514.472 contos, em 2018.

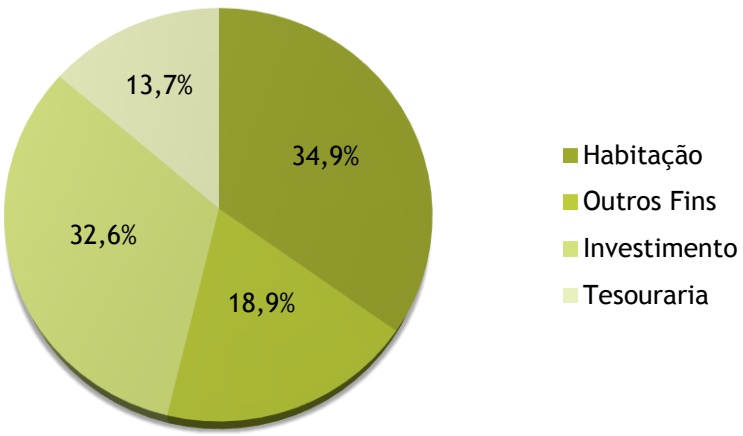
Quadro VII - Crédito às Empresas e aos Particulares (contos) 2)

Créditos	2017		2018		Variação 2018		
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa	
Particulares	**20.809.127**	**54,19%**	**21.381.153**	**53,75%**	**572.026**	**2,75%**	**41,36%**
Habitação	13.437.945	35,00%	13.866.681	34,86%	428.735	3,19%	31,00%
Outros Fins	7.371.182	19,20%	7.514.472	18,89%	143.291	1,94%	10,36%
Empresas	**17.588.992**	**45,81%**	**18.400.103**	**46,25%**	**811.112**	**4,61%**	**58,64%**
Investimento	13.413.547	34,93%	12.950.136	32,55%	-463.411	-3,45%	-33,50%
Tesouraria	4.175.445	10,87%	5.449.968	13,70%	1.274.523	30,52%	92,15%
Total Créditos	**38.398.118**	**100,00%**	**39.781.257**	**100,00%**	**1.383.138**	**3,60%**	**100,00%**

2) inclui, Carteira de crédito e Títulos Corporate. Não inclui, Dívida Pública, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferidos.

O peso do Crédito ao Investimento na carteira da Caixa, ao reduzir de 34,93% em 2017 para uma quota de 32,55%, em 2018, afastou-se do Crédito à Habitação, cuja quota também baixou de 35,00%, em 2017, para 34,86%, em 2018. Igualmente, o Crédito Outros Fins, diminuiu a sua posição, ao passar dos 19,20% observados em 2017 para 18,89%, em 2018. Em consequência, o Crédito à Tesouraria, aumentou sua parcela na carteira em 2018, ao registar 13,70%, contra os 10,87% detidos em 2017.

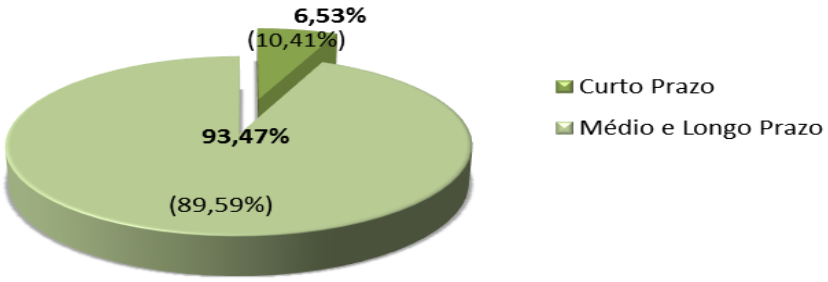
Gráfico IV – Crédito por finalidade 2018



Fazendo uma análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) continua a deter a maior

fatia com 93,47% do total, em 2018, superior a 2017 que tinha registado 89,59%. Por sua vez, o crédito normal de curto prazo diminui a sua posição ao atingir 6,53%, em 2018, contra os 10,41% observados em 2017.

Gráfico V - Crédito Normal por Prazo - 2018



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2017

O Crédito Normal de Curto Prazo, em Dezembro de 2018, acumulou 2.219.452 contos, demonstrando um decréscimo de 1.153.411 contos (-34,20%) comparativamente a Dezembro de 2017, em que tinha totalizado 3.372.864 contos. Por sua vez, o Crédito de Médio e Longo Prazo aumentou, registando 31.755.490 contos, mais 2.720.144 contos (9,37%) face a Dezembro de 2017, em que tinha registado 29.035.346 contos.

Crédito Normal	31/dez/17		31/dez/18		Variação	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Curto Prazo	3.372.864	10,41%	2.219.452	6,53%	-1.153.411	-34,20%
Médio e Longo Prazo	29.035.346	89,59%	31.755.490	93,47%	2.720.144	9,37%
Total Créditos	**32.408.210**	**100,00%**	**33.974.942**	**100,00%**	**1.566.732**	**4,83%**

3.3. Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2018, o valor do Crédito e Juros Vencidos (sem Despesas de Crédito Vencido) totalizou 5.806.314 contos, contra os 5.989.909 contos de 2017, evidenciando um decrescimento de 3,06% (-183.561 contos).

O segmento de particulares apresentou um rácio de crédito vencido de 14,13%, enquanto o segmento das empresas excluído Títulos alcançou um rácio de 17,27%. Se na carteira total desconsiderarmos os Títulos de Tesouro, mas contando com os Títulos Empresas, o rácio desce para 15,14%.

Por sua vez, o rácio de malparado ou de crédito vencido (Crédito Vencido/Crédito Total, excluídos os títulos) passou de 16,65%, em Dezembro de 2017, para 15,48%, em Dezembro de 2018, refletindo melhoria da carteira.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, Excluindo as imparidade de títulos, registou um aumento de 14,62p.p., tendo passado de 59,11%, em 2017, para 73,72%, em 2018, refletindo assim, um importante reforço da cobertura de crédito vencido por imparidade.

3.4. Atividades Financeiras

A gestão financeira da instituição foi, durante o exercício de 2018, muito condicionada pela situação de liquidez e pelos níveis de taxa de remuneração praticadas tanto no mercado nacional como no internacional.

A nível da atividade financeira o ano foi dinâmico, com a implementação de algumas políticas governamentais das quais se espera uma maior alavancagem do crédito. Destaca-se às várias linhas de crédito lançadas pelo governo no âmbito da política de empoderamento das empresas e do empreendedorismo jovem (startup's), cobrindo desde turismo, indústria, agronegócio, até à internacionalização, projeto esse que a Caixa acolheu prontamente.

Relativamente ao crédito, destaca-se a implementação em 2018 da IFRS 9, em substituição do IAS 39, com impacto na metodologia de cálculo das imparidades de crédito e na mensuração dos ativos financeiros.

A gestão dos Ativos e Passivos da Caixa, em alternativa à atividade creditícia, apesar de significativa melhoria verificada em 2018 comparativamente a 2017, centrou-se em aplicações nos títulos disponíveis no mercado, como sendo os emitidos pelo Banco Central, no âmbito da política monetária, e os emitidos pelo Estado de Cabo Verde para fazer face ao financiamento

das suas despesas. A Caixa durante os últimos seis anos, manteve níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes.

Por sua vez, a Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia, sobretudo nos projetos de grande dimensão e do sector público. O mercado primário do segmento *corporate* (acionista ou obrigacionista) não registou emissões em 2018. Já no segmento público, durante o ano de 2018, foram emitidos 32 Títulos, sendo que 9 foram Bilhetes do Tesouro (menos 3 do que em 2017), e os 23 restantes Obrigações do Tesouro (mais 5 que em 2017), ambos perfazendo um total de 14.653.827contos, contra os 14.568.718 contos, emitidos em 2017. Realça-se que, em 2018, a Caixa subscreveu 1.199.227 contos do total emitido, evidenciando um decréscimo face a 2017, onde foram subscritos 1.226.590 contos do total.

De ressaltar que, não obstante os custos com a intermediação de bolsa, este serviço tem constituído um veículo de fidelização de clientes institucionais.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades, quer do mercado doméstico, quer do internacional. Os objetivos continuam sendo a manutenção da capacidade da Caixa em obter fundos e fazer aplicações em melhores condições, solver os seus compromissos e manter controlados os riscos associados, condições imprescindíveis para a consolidação da situação financeira da instituição. Realça-se que, não obstante os incentivos do BCV nomeadamente, a redução da taxa de cedência para 4,5%, em Junho de 2017, a Caixa dada a sua situação muito confortável de liquidez, desde meados 2013, não tem tido necessidade de recorrer ao Mercado Monetário Interbancário (MMI). Também as Outras Instituições Financeiras não tem revelado muita procura, tendo a Caixa em 2018 cedido fundo a uma única instituição no montante de 771.855 contos.

Conforme acima referenciado, a Caixa apresenta uma situação confortável de liquidez com os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos que revelaram um aumento de 1,23%, enquanto a rubrica Crédito Líquido a Clientes cresceu 1,46%, face a Dezembro de 2017, respetivamente. Em consequência, o rácio de transformação de Recursos de Clientes em Créditos, de acordo com a Circular nº 165/2012, cresceu de 62,94%, em Dezembro 2017, para 65,47%, em 2018.

Resultante ainda da situação de liquidez, durante o exercício 2018, a Caixa manteve a sua participação muito ativa nas operações do mercado aberto, nomeadamente, em aplicações nos

Títulos de Regulação Monetária (TRM) e nos Títulos de Intervenção Monetário (TIM), a taxa manteve-se fixa desde 5 de Junho de 2017.

Durante 2018, das emissões TRM no total de 1.300.000 contos, menos 6.900.000 contos que 2017, a Caixa dada a situação de liquidez do sistema, apenas conseguiu subscrever cerca de 565.000. A nível dos TIM, as emissões ascenderem a 8.000.000 contos mais 2.300.000 contos em relação a 2017, mas a Caixa conseguiu uma participação cerca de 41,6%, correspondendo a 3.079.000 de contos, menos 2.621.000 contos em 2017, em que tinha conseguido uma participação de 56,5%.

O Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), mantem fixo em 13% desde 1 de Janeiro 2018. Por tratar-se de uma reserva não remunerada, a Caixa acompanhou a evolução da base de incidência, tentando manter sempre os excedentes de disponibilidade no mínimo.

Em 2018, as aplicações dos excedentes de fundos em Depósitos *Overnight* efetuados pela Caixa totalizaram 1.081.900.000 contos, mais 192%, em relação a 2017. De salientar que, a taxa de absorção de liquidez fixou-se em 0,1%, desde 1 de Janeiro de 2018, contra a taxa de 0,25% praticada em 2017.

4. Outras Atividades

4.1 Recursos Humanos

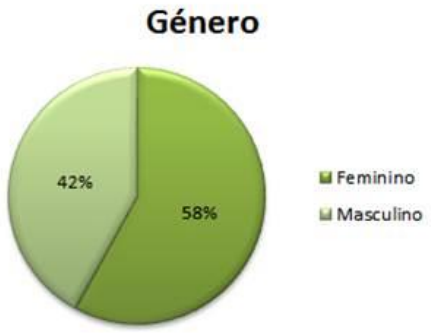
A Caixa terminou o ano de 2018 com 357 colaboradores efetivos, evidenciando um aumento de 1% (+4 colaboradores) comparativamente a 2017, dos quais 91% (325) são quadros da instituição, 6% (20) contratados a prazo, ou seja, 97% (354) do total correspondia ao quadro ativo e 3% (12) encontravam-se em situação de licença sem vencimento, conforme atesta o quadro abaixo:

Composição de Efectivos	Nº	%
Quadro	325	91%
Contrato	20	6%
Licença	12	3%
Total	**357**	100%

Não inclui 1 administrador, não quadro da Caixa

Do total de efetivos, a percentagem de mulheres apesar de incluir mais três colaboradoras (1,5%) manteve a quota de 58%, mas continuaram a ser maioria. Dos 207 colaboradores do

género feminino, a afetação para área comercial aumentou de 66% para 69%. Relativamente ao número de colaboradores do sexo masculino, aumentou para 150 (0,7%), comparativamente aos 149 colaboradores de 2017. Assim, o peso das mulheres no total manteve-se nos 58%, bem como dos homens em 42%.



A idade média dos Colaboradores aumentou para 42 anos, o que continua a refletir um efetivo ainda jovem, mas com alguma experiência acumulada. A idade máxima passou de 64 para 65 anos e a mínima manteve-se nos 25 anos.

A antiguidade media na Caixa (soma das antiguidades/total de efetivos) aumentou de 11 anos para 12 anos em 2018. A equipa de liderança que em 2017 era constituída por 66 Colaboradores, viu-se reduzida com menos um elemento, totalizando 65 em 2018. O peso dos homens aumentou de 50% para 52%, enquanto das mulheres diminui para 48%.

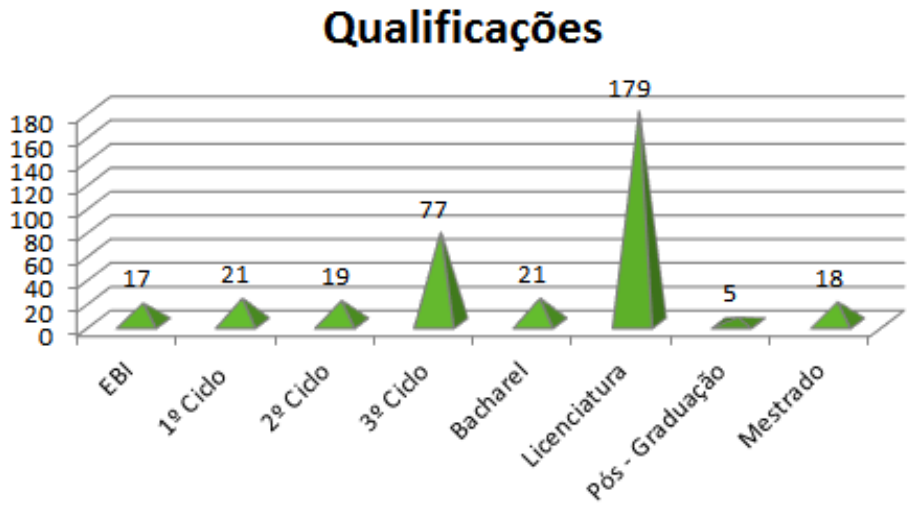
O rácio de enquadramento (média de Trabalhadores por chefia) passou de 5,34% em 2017 para 4,49% em 2018. Por sua vez, a taxa de chefia (medida pelo número de chefia /total de Trabalhadores) diminuiu de 19% para 18% em 2018.



Em termos de afetação dos recursos entre Serviços Centrais e Área Comercial, á semelhança de 2017, a Área Comercial destacou-se absorvendo 64% do total de efetivos.



A nível das qualificações, em 2018 observou-se que o índice de tecnicidade (número de Técnicos superiores / total de colaboradores) aumentou ligeiramente para 62%, valor superior em 0,1 p.p., relativamente ao ano 2017, correspondendo aos colaboradores detinham o grau de bacharel, licenciatura, pós graduação e mestrado. Isto continua a revelar o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem a estudar e qualificar-se para os desafios estratégicos da Instituição.



4.1.1 Formação e desenvolvimento

No tocante à formação, a Caixa prosseguiu com o desenvolvimento e gestão de competências consideradas essenciais para obtenção dos resultados e valorização das pessoas.

Na área do conhecimento e desenvolvimento, a Caixa tem apostado na formação externa (60%), principalmente no aproveitamento das oportunidades de formação apresentadas pelo BCV e pela ATTF. As restantes 40% foram ministradas internamente. Como habitual, os programas foram concebidos em alinhamento com as prioridades estratégicas, procurando dotar a Caixa de profissionais competentes e motivados.

Ao longo de 2018, 86 colaboradores participaram em ações de formação, realizadas por entidades externas no país, com uma carga horária de 165 horas.

No estrangeiro, apenas 1 colaborador participou em uma ação de formação, com uma carga horária de 56 horas.

A nível interno (na instituição), foram ministradas 10 formações a 402 colaboradores, num total de 184 horas.

Em suma, durante o ano de 2018, colaboradores da Caixa participaram num total de 24 ações de formação, correspondendo a um volume de 10.628 horas, abrangendo várias temáticas de interesse estratégico para a Caixa. O investimento nas ações realizadas em 2018 atingiu a verba de 2.670.730,00 (13% do valor investido em 2017).

4.1.2 Mobilidade de pessoal, Admissões, Desvinculações e Reformas

Em 2018, foram integrados no quadro de pessoal da Caixa 26 Técnicos Superiores, correspondendo a um acréscimo de 8% dos efetivos. O desenvolvimento profissional dos Colaboradores da Caixa efetua-se através da promoção (mudança de um nível para outro imediatamente superior aquele que detêm dentro de uma carreira), progressão (mudança de um escalão para o imediatamente superior dentro do mesmo nível), mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso a evolução na carreira. Neste sentido, 102 Colaboradores foram promovidos. A taxa de cobertura das promoções (número de efetivos promovidos-progredidos/total efetivos) totalizou 60% (-31% em relação a

2017) que corresponde a uma taxa de progressão /promoção de 87% (número de efetivos promovidos/ numero de efetivos promovíveis).

Foram admitidos 10 novos colaboradores que resultaram na contratação de 9 Técnicos Administrativos (90% das Admissões) para reforçar/repor as necessidades na equipa Comercial e a reposição de uma Técnica Superior dos Serviços Centrais.

A Caixa deixou de contar com a colaboração de sete (7) trabalhadores, sendo que 1 entrou para reforma e os restantes 6 solicitaram a desvinculação.

Relativamente à criação de emprego, em 2018, com as entradas e saídas registadas gerou-se 2,25 postos de trabalho, que deveu-se sobretudo a contratação dos Técnicos Administrativos para efeitos de reposição/reforço nas Agências.

4.1.3 Benefícios Sociais

A marca Caixa enquanto entidade patronal, continua a ser reconhecida pelo elevado comprometimento com o bem-estar dos colaboradores evidenciados nas diversas áreas, nomeadamente, cuidados de saúde (colaborador e agregado familiar), habitação (linhas especiais de crédito), subsídios para estudos dos colaboradores, linhas de crédito especiais tanto para formação do trabalhador como dos filhos, subsídio de alimentação, entre outros.

A promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal tem sido uma das preocupações ao nível da gestão das pessoas na Caixa.

Assim, em 2018, para além dos acordos com clinicas de prestação de serviço de saúde, foram reembolsados 4.212 contos relativos a despesas de saúde e, a fim de incentivar os colaboradores à prática de atividades desportivas, manteve-se o subsídio de ginástico instituído em 2012.

Verificou-se ainda a atualização da tabela de remunerações com um aumento salarial de 1,5%.

4.2 Gestão de Riscos

Com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2018 do Aviso n.º 4/2017 do BCV – Sistema de Controlo Interno, visando a sua implementação e particularmente um Sistema de Gestão de Risco, a Caixa aprovou em 2018 um conjunto de instrumentos,
Nomeadamente: Manual de Controlo Interno, Manual de auditoria interna, Regulamento do controlo Interno, Política de Risco, Declaração de apetite ao risco

Em 2018 a Caixa também aprovou alterações ao Manual de Crédito quanto aos limites de competência para decisão de crédito.

A Política de Risco aprovada visa assegurar a continuidade das operações, a manutenção da qualidade dos serviços, a proteção dos ativos e a concretização dos objetivos operacionais e estratégicos da Caixa. Com a Declaração de Apetite ao Risco pretende-se reforçar as práticas de gestão de risco, alinhando-as com as melhores práticas internacionais. Neste contexto, iniciou-se um processo de definição de métricas para os riscos considerados mais relevantes/ significativos, nomeadamente riscos de crédito, operacional, mercado, taxa de juro e liquidez, incluindo a definição de níveis de tolerância sustentados em informações histórica disponível.

Especificamente ao nível do Risco de Crédito e no que respeita ao cálculo de perdas por imparidade, 2018 foi marcado pela implementação do IFRS 9 em substituição da IAS 39, cujas principais alterações podem resumir-se assim:

- ✓ Substituição do modelo de mensuração das perdas por imparidade de ativos financeiros com base em perdas incorridas ("incurred loss model") por um modelo que se baseia em perdas esperadas ("expected loss model");
- ✓ Definição de critérios para a identificação do aumento significativo do risco de crédito;
- ✓ Cálculo da perda esperada ao longo da vida esperada ("lifetime") dos ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou em default;
- ✓ Utilização de cenários para o cálculo da perda esperada.

A Direção de Risco deu continuidade a criação da Central de Balanços, permitindo maior rapidez e rigor na análise e decisão, no segmento que evidencia maior risco de incumprimento.

No que tange ao acompanhamento e recuperação de crédito, graças ao empenho da Caixa, o total de crédito vencido diminui 183.594 contos, enquanto, em termos de crédito abatido se tenha recuperado menos 40.065 contos face 2017.

Assim, avaliando a qualidade da carteira de crédito, verificou-se uma melhoria evidenciada pelo rácio de crédito vencido que baixou de 16,65%, em 2017, para 15,48%, em 2018, bem como, pelo rácio de cobertura de crédito vencido por imparidade incluindo a imparidade dos títulos, que melhorou, passando de 59,27% para 78,28%.

Ao nível do Risco de Liquidez, a Caixa durante os últimos anos manteve os níveis de liquidez sem grandes alterações. A avaliação e monitorização deste risco é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos contratuais e dos recursos em carteira, de forma a identificar os existentes entre os ativos e passivos por intervalos temporais. A Caixa tem adotado o modelo instituído pelo BCV através da Instrução Técnica nº 165/2012.
A monitorização do Risco Taxa Juro para efeitos de Gestão interna é efetuada mensalmente, no entanto, para cumprimento da Instrução nº 164/DSE/2011 Circular serie "A" do BCV, a avaliação e a medição deste tipo de risco é semestral, socorrendo-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/− 200 b.p..

Relativamente ao Risco Cambial, a Caixa tem optado por manter as posições cobertas evitando toda e qualquer ação especulativa. Como é evidente, ao incorrer em menos risco, reduz-se a possibilidade de aumentar o resultado. No entanto, tem adotado uma política de taxas de câmbios mais atrativas para potenciar o negócio cambial conseguindo em 2018 um resultado positivo de 112.398 contos, evidenciando um acréscimo de 34,29%.

Ao nível do Risco Operacional, ainda que tímidos, alguns passos têm sido dados com vista ao seu acautelamento, através do mapeamento de alguns processos.

4.3 Recursos Tecnológicos e Informáticos

Com vista a adequação das condições para prossecução da sua estratégia, de criar uma reputação de liderança tecnológica e de qualidade dos serviços prestados, várias ações foram desenvolvidas ao longo do ano, das quais se destacam: fecho da migração dos Sistemas Centrais

para a versão Banka 3G, a estabilização da Central de Risco de Crédito junto do BCV, lançamento do Caixa Mobile, migração do Swift para nova solução e novo alojamento na SISP, e a conclusão do processo de Upgrade de comunicações na maioria das agências. De destacar ainda a consolidação da solução de Gestão Documental como suporte aos pedidos das agências para a DOP (Direção de Operações).

Relativamente a acompanhamento de crédito, há um projeto, em curso, que irá resultar na montagem duma plataforma informática, que evitar elevados índices de degradação da carteira de crédito da Caixa, canalizando o foco da instituição para as ações preventivas, em termos de análise, concessão e acompanhamento da carteira de créditos, trazendo maior eficiência na obtenção dos dados, na análise detalhada das informações e, consequentemente, em maior eficácia nas negociações e nas cobranças.

4.4 Organização, Qualidade e Controlo Interno

Visando a melhoria contínua dos processos internos e focalização no cliente, em linha com a missão de prestar um serviço qualidade, das ações realizadas durante o ano 2018, destaca-se a concretização de um dos principais objetivos da Caixa, que consiste na recertificação e transição do Sistema de Gestão de Qualidade da ISO 9001:2008 para 9001:2015.

Neste sentido, foi realizada uma ação de formação e sensibilização sobre as questões de Qualidade em conformidade com a ISO 9001:2015 aos trabalhadores de Santo Antão e São Vicente.

O ano de 2018 foi também marcado pela entrada em vigor do Aviso 4/2017, com uma nova abordagem do controlo interno envolvendo o risco do negócio e definição das 4 linhas de controlo dentro da Organização, são eles o Ambiente de Controlo, Sistema de Gestão de Risco, Sistema de Informação e Monitorização e Sistema de Controlo Interno, com suas funções e obrigatoriedades.

A documentação dos processos continuou a merecer especial atenção, tendo a Caixa para o efeito formalizado diversos procedimentos através de elaboração, atualização e aprovação de normativos internos, como sejam manuais e políticas desenvolvidas no âmbito do novo sistema de controlo interno (aviso do BCV nº 04/2017). Destacam-se, uma vez mais, a aprovação dos

Manuais de Auditoria Interna, o de Controlo Interno, bem como a atualização do Manual de Crédito, o Regulamento de Auditoria, definição da Política de Risco e Política de Gestão de Recursos Humanos.

Ainda, dado o contexto global da nossa economia, o supervisor consciente da importância do Sistema de Controlo, sentiu-se a necessidade de estabelecer as regras a observar na abertura e encerramento de contas de depósitos através dos avisos do BCV, n.º 03/2017 e 05/2017, implementadas pela Caixa em 2018.

As Reclamações de Clientes continuaram a merecer atenção particular, tendo sido analisadas e tratadas em conformidade com as diretrizes do Banco de Cabo Verde, com vista não só à identificação de eventuais fragilidades de controlo e promoção do cumprimento contínuo dos procedimentos internos de controlo, como também, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

4.5 Instalações

Um dos objetivos prioritários da Caixa consiste na melhoria da qualidade de serviços prestados aos clientes. Neste âmbito, concluiu-se as obras das agências da Fazenda, de Microcrédito, do Tarrafal e da ASA I.

Também procedeu-se a elaboração do layout da Agência do Palmarejo e da Agência de Monte Sossego, conforme o "Projeto Uma Só Caixa", com vista maior conforto e segurança no atendimento.

Foram realizadas obras de adaptação de um espaço que vai receber o arquivo central na perspetiva de oferecer os clientes um serviço célere e de qualidade.

No quadro da certificação segundo a ISO 9001, a operacionalidade dos edifícios e equipamentos críticos ao negócio (equipamento elétrico, ups, climatização e geradores de emergência) constitui um dos requisitos essenciais para a manutenção da mesma. Para a sua garantia, é estabelecido um plano anual relativa a manutenção preventiva, cuja execução é evidenciada no relatório das manutenções e avarias registadas.

4.6 Marketing

No ano em que Caixa celebrou 90 anos de existência, a sua aposta é cada vez mais no reforçar do seu posicionamento como um banco sólido, inovador e orientado para o cliente. Apostou-se numa forte comunicação para reforçar a proximidade com o público interno e externo, também na melhoria dos produtos e serviços e na continuação da consolidação da uniformização da imagem corporativa.

Em 2018, das várias atividades desenvolvidas pela Caixa, realça-se a campanha de comemoração dos 90 anos da Caixa que contou com a dedicação e participação extraordinária dos colaboradores nos spots de vídeo e áudio, como também, nos cartazes das Agências e Outdoors. Também destaca-se o lançamento do APP Caixa Mobile, bem como, a continuação do projeto "Uma só Caixa", que englobou: o rebranding das Agências do Tarrafal, Fazenda e ASA, e na abertura da Agência Microcrédito, para além da manutenção da imagem corporativa nas agências.

Dado ao cenário competitivo do sector bancário, deu-se continuidade ao investimento direcionado à inovação, à criação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, com o propósito de não só captar novos clientes, mas também, de fidelizar a base atual, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados. Assim, o design e desenvolvimento de novos produtos, foi concretizado com o lançamento das Linhas de Crédito CrediTaxi e Ecossistema de Financiamento à Economia, conceção do APP Caixa Mobile e Novos Layouts para os cartões de crédito Visa (Classic e Gold). De notar que o APP Caixa Mobile foi o produto que mais se destacou durante o ano de 2018, por trazer funcionalidades disruptivas e estar acessível ao segmento particulares, aumentando sua a satisfação e atraindo potenciais clientes.

Outras iniciativas foram preconizadas, com o intuito de projetar a imagem da Caixa junto da sociedade, entre as quais evidenciam-se os eventos sob o formato de patrocínios, feiras, contactos com jornais, TV e rádios. Destaca-se a participação e patrocínio da Caixa nos seguintes eventos culturais o patrocínio, "Kavala Fresk Festival" a maior feira gastronómica do país em Mindelo, e na Praia, após vários anos de ausência, retomou a sua participação no melhor festival de música de Cabo Verde, o "Kriol Jazz Festival". Com o nosso alto Patrocínio, a Taça Nacional de Futebol passou a designar-se "Taça Caixa", contribuindo para ativação da

marca, a elevação do desporto, sobretudo o futebol e o aumento da proximidade com os clientes e potenciais clientes.

4.7. Novos Canais Eletrónicos

Ao nível do sistema de pagamentos (meios e canais), 2018 foi marcado por uma forte dinâmica tanto na emissão, quanto na utilização de cartões. No total foram emitidos 47.276 cartões, comparativamente ao ano 2017 decresceu na ordem dos 9,01% (4.679 cartões), conferindo-lhe uma quota de mercado de 38,44%, inferior aos 41,77% alcançados em 2017. No que toca aos cartões ativos, a Caixa terminou o ano com um total de 117.622 cartões, evidenciando um aumento de 10,99% sobre 2017 e correspondendo a 47,70% do total em circulação no sistema.

Do total emitido, 46.594 são cartões de débito, evidenciando um aumento de 8,83% (4.512 cartões) face 2017, sendo 38.135 cartões Vinti4 para operações nacionais, 4.932 cartões Visa Pré-Pago Plus mais 2.228 (82,4%) que 2017 e 3.527 Visa Electron menos 494 cartões em relação 2017, estes para operações quer nacionais como internacionais. Os restantes 759 são Visa Crédito, que comparativamente a 2017 aumentaram 287,2% (mais 563 cartões).

Em relação ao número de ATM`s, em 2018 a Caixa instalou mais 4 ATM`s, dos quais, três na Agência de Fazenda, um no aeroporto da Praia, totalizando assim 43 máquinas instaladas, o que resulta numa quota de 22,51% em relação ao sistema com 191 máquinas.

Ao longo de 2018, nos 43 ATM's da Caixa, foram realizadas cerca de 3.527 mil operações e movimentados aproximadamente 11.590.293 mil escudos, evidenciando um crescimento de 15,10% (em numero) e 15,44% (em valor) em relação ao ano anterior, registando uma quota de 26,92% em relação ao total de operações efetuadas na rede.

Do total de operações realizadas nos ATM's da Caixa, cerca de 3.413 mil operações (96,77%), que resultaram num total de 10.201.463 contos, foram efetuadas por clientes da rede Vinti4, e o remanescente por clientes do sistema Visa e MasterCard com 1,85% e 1,38%, respetivamente. De realçar ainda, que o levantamento em numerário, continua sendo o tipo de serviço mais utilizado nos ATM's da Caixa, correspondendo a cerca de 55,20% das operações transacionadas por clientes nacionais.

No que toca as comissões líquidas geradas pela utilização dos ATM's tem sido deficitário.

No que respeita aos terminais de pagamento automático (POS), dos 7.121 ativos no sistema, 1.908 (26,79%) pertencem a Caixa, mais 0,58% em relação aos 1.897 em estado ativo em 2017. Em termos de transações os POS da Caixa registaram mais cerca de 12,82% (453 mil operações), totalizando em 2018 cerca de 3.989 mil transações. Relativamente ao valor movimentado, ascendeu aproximadamente 8.304.627 contos, evidenciando um aumento 10,82% (811.152 contos), em relação ao ano de 2017.

No que concerne ao serviço Banca Digital (CAIXAnet e CaixaMobile), registaram-se no ano 6.119 novos contratos de Internet Banking, superior em 33,11%, comparativamente ao ano anterior que tinham sido assinados 4.597 novos contratos. Estes canais permitem aos clientes da Caixa realizar autonomamente, as operações disponíveis.

4.8. Relações com os Emigrantes

O segmento Emigrante continua a merecer uma atenção especial da Caixa, privilegiando a proximidade, mediante oferta de produtos e serviços específicos e melhoria da qualidade do atendimento.

Neste âmbito, a Caixa, participou no tradicional encontro com os emigrantes em férias por ocasião da comemoração das festas de Nhô San Filipe 2018, na Ilha do Fogo, com o objetivo de reforçar contactos com os emigrantes nos EUA.

A nível nacional, a Caixa realizou, também por altura das festas de município e romaria, vários encontros com emigrantes, nomeadamente, em Tarrafal de Santiago, S. Miguel, Brava, e Santa Catarina do Fogo.

4.9. Relações e Negócios Internacionais

Com vista a fortalecer a área internacional, a Caixa tem assumido uma postura mais estratégica e pró-ativa, no que respeita as relações e negócios com o exterior, seja na melhoria das necessidades dos nossos clientes e da comunidade cabo-verdiana na diáspora, seja nos esforços de estreitar e reforçar as relações com os correspondentes, nomeadamente, no alargamento dos serviços prestados.

A gestão cambial foi marcada pela adoção do fixing do Banco Central no cálculo do câmbio médio que serve de base para a conversão das posições, incluindo reavaliação cambial, em lugar do câmbio médio de mercado que inclui as margens. Também verificou-se a retoma da remuneração dos Depósitos a Prazo em USD, na sequência do acompanhamento da tendência dos mercados.

A nível da atividade *trading* (import/export), designadamente as remessas documentárias, registou-se uma tendência crescente, porém a nível dos créditos documentários registou um aumento significativo em termos de montante. Salienta-se que, por tratar-se duma área que depende muito do crédito à economia, a retoma destes produtos dependerá muito da capacidade de crédito dos operadores económicos.

No âmbito da gestão e desenvolvimento da rede de correspondentes e parceiros internacionais, manteve-se contactos permanentes com responsáveis de vários bancos correspondentes com os quais foram analisadas as possibilidades de negócios e/ou reforço de relações de correspondente bancário.

De realçar ainda, a Western Union, cuja parceria dura há quase duas décadas, continua a evidenciar uma tendência crescente a nível das ordens recebidas, sendo os Estados Unidos o principal mercado emissor, e tendência decrescente nos envios, em grande medida devido a utilização dos cartões pré-pago.

4.10. Atividades no Âmbito da Responsabilidade Social

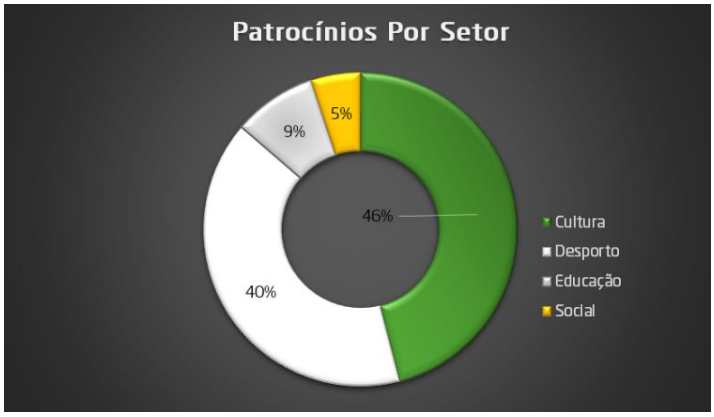
O posicionamento da marca Caixa sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere e contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável do país.

Neste âmbito, a componente de patrocínios e responsabilidade social adquire particular relevância, onde nos últimos anos, a Caixa investiu de forma consistente. Em 2018, foram concedidos patrocínios a 21 entidades, no total de 9.939 contos.

Seguindo a sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversas atividades, sendo que à vertente cultural coube a maior fatia do montante atribuído, com 46%, seguida do desporto, com 40%, a Educação com 9% e área Social com 5 %. Esta tendência tem-

se verificado ao longo dos anos, sendo que esses sectores têm desenvolvido mais eventos/atividades que abrangem uma significativa e diversificada franja da população, dando mais visibilidade à marca Caixa.

Gráfico IX - Patrocínio 2018 por sector de atividades



Patrocinou grandes eventos que fazem parte da agenda cultural do país, nas vertentes de literatura, teatro e música, nomeadamente, Morabeza Festival Literário de Cabo Verde, os escritores Manuel Spencer Lopes dos Santos e Mário Pereira Silva, concerto Guitarrada do Atlântico, Kavala Fresk Feastival, além das Câmaras Municipais por ocasião das festividades dos municípios, como caso do festival Baía das Gatas.

No Desporto, deu-se continuidade ao patrocínio de várias associações e clubes desportivos, dos quais destacam-se a AMIBASKET - escola de formação dos jovens em basquetebol, Federação Cabo-verdiana de Futebol, a COPAC - Gracelino Barbosa, a ACADESPORTO, ACROART, Pavilhão Desportivo Vává Duarte, Rosariense Futebol Clube, Grémio Desportivo de Nhagar, Associação Regional Futebol de S. Nicolau.

No domínio Social, a Caixa patrocinou a FECAD – língua gestual na TCV e a "Associação Djunto para Desenvolvimento de Coqueiro".

Ainda com objetivo de promover a marca Caixa, apoiou várias outras atividades de cariz educacional, das quais destacam-se, a Gala na Qualidade da Educação, Projeto "Dinamização de Bibliotecas Escolares" e a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação em parceria com a FICASE.

A Caixa como banco fortemente engajado no processo de desenvolvimento do país, a "Caixa empresa cidadã" vem desempenhando ao longo dos anos um papel importante no domínio de Micro-Finanças, assumindo a gestão de varias linhas de créditos destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional. Neste particular, destacam-se as atividades do Programa de Formação e Empréstimo a Micro Empresários (PFEME).

5. Análise da Rendibilidade

5.1 Resultados do Exercício

Ao longo do exercício findo, foi prosseguido o objetivo estratégico de melhorar de forma sustentável a rendibilidade e eficiência, alcançando um Resultado Líquido de 473.861 contos, mais 21.342 contos que o montante conseguido em 2017, o que representa um acréscimo de 4,72%. Este desempenho resultou em grande medida do acréscimo do Produto Bancário em 11,49% (292.046 contos), que não se encontra totalmente refletido no resultado liquido, devido ao reforço extraordinário das Imparidades imputadas a Demonstração de Resultados.

A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 88,63%, situou-se nos 2.510.804 contos, apresentando um acréscimo de 279.383 contos (12,52%) face ao ano anterior, explicado pelo aumento dos Juros e Rendimentos Similares no montante 101.691 contos (2,63%) e pela diminuição dos Juros e Encargos Similares em 177.691 contos (10,85%).

Neste quadro, a evolução da Margem Financeira foi decisiva para que o Produto Bancário registasse a evolução positiva, em relação a 2017, tendo atingido os 2.832.932 contos em Dezembro de 2018.

Por sua vez, a Margem Complementar registou uma evolução positiva de 4,09% (12.664 contos), em relação ao período homólogo, totalizando 322.127 contos. Esta variação deveu-se ao crescimento de Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas em 26.601 contos (22,72%),

ao crescimento dos Resultados em Operações Financeiras em 28.700 contos (34,29%), e a diminuição dos Outros Resultados de Exploração terem decrescido 39.462 contos (37,43%) relacionado com a recuperação dos créditos abatido ativo.

Os Gastos Administrativos que englobam os Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal, cresceram 4,29% (55.283 contos), totalizando 1.344.522 contos, absorveram assim 47,46% do Produto Bancário. Esta evolução é explicada pelo aumento dos Gastos com Pessoal em 7,54% (56.464 contos), porque os Gastos Gerais Administrativos decresceram 0,22% (1.181 contos). Realça-se que o aumento dos Custos com o Pessoal, resulta essencialmente de Prémio de Produtividade atribuído de montante superior, também do aumento de vencimento registado em Jan-18, bem como das promoções e progressões. A rubrica Amortizações do Exercício situou nos 109.327 contos evidenciando um decréscimo 39,35% (-70.942 contos).

Em consequência, o Cost to Income registou uma melhoria 6,52p.p. comparativamente ao ano anterior, situando-se nos 51,32%.

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício imputadas à Demonstração de Resultados totalizaram 867.092 contos, mais 306.071 contos que em 2017 absorvida quase por completo os ganhos registados a nível do produto bancário.

Os Resultados das Participações em Empresas Associadas contribuíram de forma positiva para o Resultado Líquido de 2018 ao rederem 21.565 contos, mais 1.825 contos (9,24%) que em 2017.

Os resultados parcelares (Amortizações, Provisões, Imparidades e Resultados) conduziram a um acréscimo do Cash Flow do Exercício na ordem dos 256.471 contos (21,48%), fixando-se nos 1.450.281 contos.

Quadro VIII - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2018 Valor	2017 Valor	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros e rendimentos similares	3.970.886	3.869.195	101.691	2,6%
Juros e encargos similares	1.460.082	1.637.773	-177.691	-10,8%
Margem Financeira	**2.510.804**	**2.231.421**	**279.383**	**12,5%**
Rendimentos e instrumentos de capital	0	170	-170	-100,0%
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	143.669	117.068	26.601	22,7%
Resultados em operações financeiras	112.398	83.697	28.700	34,3%
Resultados de alienação de ativos	110	3.116	-3.006	-96,5%
Outros resultados de exploração	65.950	105.412	-39.462	-37,4%
Margem Complementar	**322.127**	**309.464**	**12.664**	**4,1%**
Produto Bancário	**2.832.932**	**2.540.885**	**292.046**	**11,5%**
Gastos com Pessoal	805.529	749.064	56.464	7,5%
Gastos Gerais Administrativos	538.993	540.174	-1.181	-0,2%
Gastos Administrativos	1.344.522	1.289.239	55.283	4,3%
Amortizações	109.327	180.269	-70.942	-39,4%
Total Custos Operativos	1.453.849	1.469.508	-15.659	-1,1%
Provisões e Imparidade (liq.)	867.092	561.021	306.071	54,6%
Resultado de Exploração	**511.990**	**510.356**	**1.634**	**0,3%**
Resultados em Empresas Associadas	21.565	19.740	1.825	9,2%
Resultado antes de impostos	**533.555**	**530.097**	**3.459**	**0,7%**
Impostos correntes	123.519	62.730	60.790	96,9%
Impostos diferidos	63.825	14.848	78.673	529,9%
Imposto sobre lucros	59.694	77.578	-17.884	-23,1%
Resultado Liquido	**473.861**	**452.519**	**21.343**	**4,7%**
- Cash Flow do Exercício	1.450.281	1.193.809	256.472	21,5%

5.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade não acompanharam o desempenho da atividade bancária da Caixa em 2018, tendo registado uma evolução negativa devido ao reforço extraordinário das imparidades.

Assim, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 0,67, em 2017, para 0,65%, em 2018 (- 0,02p.p.) , e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu os 11,29%, em 2018, após ter registado 11,51%, em 2017 (- 0,22p.p.)

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, melhorou de forma significativa em 2018, tendo passado de 57,83% para 51,32 %, em consequência do decréscimo dos custos operativos em 1,07% (15.659 contos), mas sobretudo devido à evolução favorável do Produto Bancário que cresceu 11,49% (292.046 contos).

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/ Nº médio de trabalhadores ativos, registou uma evolução positiva, passando de 7.484 contos para 8.235 contos, explicado pelo aumento do Produto bancário.

Quadro IX - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2018	2017	Variação 2018	
			Absoluta	Relativa
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	11,29	11,51	-0,22 p.p.	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	0,65	0,67	-0,02 p.p.	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	33,09	30,37	2,72 p.p.	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	2,00	1,78	0,23 p.p.	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	39,99	41,31	-1,32 p.p.	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	51,32	57,83	-6,51 p.p.	
Produto Bancário/ Nº Médio Trabalhadores (contos)	8.235	7.484	751	10,04%
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio Trabalhadores (contos)	4.216	3.516	700	19,89%

5.3 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição atingiu 4.145.008 contos, em 2018, exibindo um acréscimo de 8.763 contos (0,21%) comparativamente ao período homólogo, explicado, sobretudo, pelo aumento do Resultado Líquido.

No âmbito da implementação dos IFRS 9, os resultados transitados foram debitados no valor de 379.172 contos, a título do impacto de adoção do modelo de imparidade coletiva e creditados no valor de 115.262 contos referentes à regularização do imposto corrente.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 15,70%, em Dezembro de 2018, ressaltando uma margem de 3,70% sobre o mínimo exigido de 12%, evidenciando um ligeiro decréscimo em relação a Dezembro de 2017 quando alcançou 15,78%. O Rácio de Cobertura de Imobilizado situou-se, por sua vez, nos 198,45%, situando-se igualmente acima do limite mínimo definido (100%).

Quadro X - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2018	2017	Variação 2018	
			Absoluta	Relativa
Fundos Próprios (contos)	4.145.008	4.136.245	8.763	0,21%
Rácio de Solvabilidade (%)	15,70	15,78	-0,08	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	198,45	199,98	-1,53	

5.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidades Líquidas do Exercício, imputadas à Demonstração de Resultados, que em 2017 somaram 561.021 contos, atingiram 867.092 contos em 2018, refletindo um reforço extraordinário de 54,56% (306.071 contos). De salientar que as Imparidades líquidas de Crédito, imputadas à demonstração de resultados, registaram um aumento expressivo de 204.986 contos (40,17%).

Relativamente aos Bens recebidos em Dação procedeu-se a um reforço das Imparidades no montante de 151.783 contos.

O impacto da adoção do novo modelo de imparidade atingiu o valor de 379.172 contos e foi registado diretamente em diminuição dos Resultados Transitados.

Quadro XI – Provisões e Imparidades líquidas, imputadas à demonstração de resultados

Provisões e Imparidade Liquidas	2018		2017		Variação	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes	715.309	82,50%	510.322	58,85%	204.986	40,17%
Imóveis	115.766	13,35%	46.860	5,40%	68.906	147,05%
Diversos	36.017	4,15%	3.839	0,44%	32.179	838,30%
Total	**867.092**	**100,00%**	**561.021**	**100,00%**	**306.071**	**54,56%**

5.5 Créditos e Juros Vencidos

Em 2018, a qualidade da carteira de crédito evidenciou uma melhoria do rácio Crédito Vencido/Credito total de 1,17p.p., tendo diminuído de 16,65% para 15,48%, decorrente não apenas dos esforços da Caixa no acompanhamento dos créditos com vista à sua recuperação, mas também do aumento da carteira.

A cobertura de Crédito por Imparidade melhorou, tendo o rácio passado de 59,11%, em 2017, para 73,72%, em 2018 e de 59,27% para 78,28% ao considerarmos as imparidades de títulos, explicado sobretudo pela constituição Imparidades sobre a exposição do Setor Público, no âmbito da introdução da norma IFRS9.

Quadro XII – Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2018	2017	Variação 2018	
			Absoluta	Relativa
Créditos e Juros vencidos*	5.806.348	5.989.909	-183.561	-3,06%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4.280.648	3.540.352	740.297	20,91%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	15,48%	16,65%		
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	14,63%	15,63%		
Imparidade Créditos e Juros venc / Créditos e Juros venc	73,72%	59,11%		

*não inclui as despesas vencidas
** não inclui imparidade para títulos
*** com inclusão dos títulos corporate no crédito

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

O acionista Geocapital comunicou à Caixa e ao mercado a sua intenção de alienar a totalidade da sua participação no capital social da Caixa.

No dia 24 de Abril de 2019, o Banco de Cabo Verde comunicou à IHCV – International Holding Cabo Verde, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda, representada pelo Senhor Enrique Bañuelos de Castro, a sua não objeção à aquisição de participação qualificada, correspondente a 27,44%, no Capital Social da Caixa Económica de Cabo Verde.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando:
i) que o Resultado Líquido do exercício de 2018 ascendeu ao valor de 473.861.184$00;
ii) que a Instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;
iii) a necessidade do Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das novas exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e suportar o eventual impacto dos ativos recebidos em pagamento;
iv) que os Capitais Próprios do Banco apresentam na rubrica "Resultados Transitados" um sado devedor de 943.716 contos;
v) a prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação de Captais Próprios:

a. Resultado Líquido do Exercício 2018:

Reservas Obrigatórias (10%)	47.386.118$00
Resultados Transitados (70%)	331.819.066$00
Dividendos (68$00 - 20%)	94.656.000$00
Total	**473.861.184$00**

b. Outras reservas

Transferência para Resultados transitados	611.897.383$00

8. NOTAS FINAIS

O exercício de 2018 foi positivo para a Instituição e constituirá seguramente um marco importante no processo de consolidação e reforço da posição do Banco no sistema financeiro cabo-verdiano.

O Banco registou um desempenho positivo em termos de atividade creditícia e extraordinário em temos de eficiência e de solidez financeira.

Os resultados alcançados, devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdiana, pelo que manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às autoridades oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo profissionalismo, competência, rigor e compreensão no exercício da sua atividade de supervisão;

Aos senhores acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela ação engajada e atenta desenvolvida no acompanhamento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenho e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(contos)

ATIVO	2018			2017	Variação	
	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.459.301	0	9.459.301	10.190.370	-731.070	-7,17%
Disponibilidades em outras instit.de crédito	1.217.059	0	1.217.059	2.129.308	-912.248	-42,84%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.023	200	3.823	3.823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	9.985.960	0	9.985.960	8.528.240	1.457.720	17,09%
Crédito Clientes	52.147.844	4.555.683	47.592.161	46.907.492	684.669	1,46%
Propriedades de investimento	8.101	3.084	5.018	5.052	-35	-0,69%
Outros ativos tangíveis	3.765.445	1.770.529	1.994.916	1.986.167	8.749	0,44%
Ativos intangíveis	318.938	305.896	13.042	11.228	1.814	16,16%
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	89.938	0	89.938	78.339	11.599	14,81%
Ativos por impostos correntes	43.273	0	43.273	45.488	-2.215	-4,87%
Ativos por impostos diferidos	63.825		63.825	0	63.825	#DIV/0!
Outros ativos	2.842.431	650.906	2.191.525	2.384.610	-193.085	-8,10%
TOTAL DO ATIVO	79.946.138	7.286.298	72.659.840	72.270.116	389.724	0,54%

(contos)

PASSIVO	2018	2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de outras instituições de crédito	200.076	634.647	-434.571	-68,47%
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.844.700	67.019.735	824.965	1,23%
Provisões	34.620	71.228	-36.608	-51,40%
Passivos por impostos correntes	8.257	74.577	-66.320	-88,93%
Outros passivos	327.314	322.456	4.858	1,51%
TOTAL DO PASSIVO	68.414.967	68.122.643	292.324	0,43%
Capital	1.392.000	1.392.000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	2.379.012	2.302.954	76.059	3,30%
Resultado do exercício	473.861	452.519	21.342	4,72%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	4.244.874	4.147.473	97.401	2,35%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	72.659.840	72.270.116	389.724	0,54%

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	3.970.886	3.869.195	101.691	2,63%
Juros e encargos similares	1.460.082	1.637.773	-177.691	-10,85%
Margem financeira	2.510.804	2.231.421	279.383	12,52%
Rendimentos de instrumentos de capital	0	170	-170	-100,00%
Rendimentos de serviços e comissões	244.973	204.264	40.709	19,93%
Encargos com serviços e comissões	101.304	87.195	14.109	16,18%
Resultados de reavaliação cambial	112.398	83.697	28.700	34,29%
Resultados de alienação de outros activos	110	3.116	-3.006	-96,46%
Outros resultados de exploração	65.950	105.412	-39.462	-37,44%
Produto bancário	2.832.932	2.540.885	292.046	11,49%
Custo com pessoal	805.529	749.064	56.464	7,54%
Gastos gerais administrativos	538.993	540.174	-1.181	-0,22%
Amortizações do exercício	109.327	180.269	-70.942	-39,35%
Provisões líquidas de reposições e anulações	0	4.877	-4.877	-100,00%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	715.309	510.322	204.986	40,17%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	151.784	45.822	105.962	231,25%
Resultados em empresas associadas	21.565	19.740	1.825	9,24%
Resultado antes de impostos	533.555	530.097	3.459	0,65%
Impostos				
Correntes	123.519	62.730	60.790	96,91%
Diferidos	63.825	14.848	78.673	529,86%
Resultados após impostos	473.861	452.519	21.342	4,72%

O Conselho de Administração

Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior

Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal – Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal - José Augusto Rocha Mendes Fernandes

Vogal – António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal – Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A. ("CAIXA")
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o estipulado no nº1 do artigo 446º do Código das Empresas Comerciais (CEC) e dos normativos do Banco de Cabo Verde (BCV) cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre as atividades que tenha exercido ao longo do exercício, dar parecer sobre o relatório e contas e a proposta de Aplicação de Resultados da Caixa Económica de Cabo Verde (ou, simplesmente "Caixa") a apresentar à Assembleia Geral anual, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal efetuou dezassete reuniões. Para além destas reuniões, os membros do Conselho Fiscal participaram em algumas reuniões com a Comissão Executiva e reuniu-se com diversas chefias de estrutura da "Caixa" nomeadamente: DARH - Direção Administrativa e Recursos Humanos, DCN - Direção Comercial Norte, DO - Direção Operacional, DFI - Direção Financeira e Internacional, DGR - Direção Gestão de Risco, DICS - Direção de Informática Comunicação e Segurança, GAI - Gabinete de Auditoria Interna, GAJ - Gabinete Assuntos Jurídicos, e GIAI - Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária, GARC - Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, GPCG - Gabinete Planeamento e Controlo de Gestão, GFC - Gabinete Função *Compliance*, GOEP - Gabinete de Organização Estudos e Projetos e GMKT - Gabinete de Marketing.

O Conselho Fiscal também participou na contagem da tesouraria central.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento, analisou e emitiu parecer, sobre o relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, elaborado pela "Caixa" nos termos dos avisos nº 2/1995 e nº 5/1999 do Banco de Cabo Verde.

No desempenho das suas funções e no cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal durante o ano de 2018 desenvolveu várias atividades, entre as quais se destacam, pela sua importância, aquelas que seguidamente são referidas.

a. Zelar pela observância tanto das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente.

Ao longo do ano, o Conselho Fiscal acompanhou diversas questões relacionadas com o cumprimento das obrigações ou recomendações relativas ao governo societário.

O Conselho Fiscal durante o ano de 2018 não acompanhou os trabalhos realizados pelos auditores externos, entretanto analisou o relatório da auditoria efetuado pela Auditoria Externa.

Foi possível realizar encontros com o Gabinete da *Compliance*. Todavia, não foi possível no ano de 2018 seguir as atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

b. Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adotadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte

O Conselho Fiscal procedeu à análise dos resultados de acordo com as informações facultadas pelas Direções de Serviços e Gabinetes, todavia não foi possível analisar as conclusões dos procedimentos de revisão das demonstrações financeiras levadas a cabo pelos auditores externos, reportados no final do ano de 2018.

De salientar a variação relativa, na ordem dos **4,72%**, verificado nos resultados deste exercício, mais **21.342 milhares de escudos Cabo-verdianos ("mCVE")** que o montante conseguido em 2017, gerando assim um resultado de **473.861 milhares de escudos Cabo-verdianos ("mCVE") em 2018.**

c. Acompanhar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela sociedade

Por um lado, o Conselho Fiscal analisou detalhadamente as informações financeiras que foram sendo disponibilizadas ao longo do ano, tendo contactado, sempre que necessário, os responsáveis pela Direção Financeira e Internacional DARH - Direção Administrativa e Recursos Humanos e GPCG - Gabinete Planeamento e Controlo de Gestão, que está na origem de tal informação.

d. Fiscalizar a independência do Auditor Certificado / AE da "Caixa" e neste quadro, apreciar e decidir, depois de ouvida o CA, sobre a prestação por aquela entidade de serviços adicionais, bem como sobre as respetivas condições

O Conselho Fiscal avaliou a independência do Auditor Certificado / AE da Caixa, a *Ernst & Young Audit* & Associados – SROC, S.A.

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Conselho Fiscal, acompanhamos durante o exercício de 2018, a atividade da CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A. ("CAIXA"),

examinamos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, com a profundidade que julgamos adequada às circunstâncias, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados dos serviços da "Caixa".

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

a) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;

b) As demonstrações financeiras individuais e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;

c) Os elementos apreciados traduzem a situação económica e financeira da CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A. ("CAIXA") e a sua apresentação está de acordo com os estatutos e com as disposições em vigor;

d) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas de Relato Financeiro Internacionais e são adequados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade;

Nesta conformidade, tendo em consideração as informações recebidas e apreciadas, e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, *Ernst & Young* – SROC, SA, que emitiu uma opinião limpa, somos de parecer:

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão;

2. Que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras e o Anexo às Contas;

3. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, e aos serviços da "Caixa" e aos demais colaboradores com quem tivemos a oportunidade de contactar pela prestigiosa colaboração.

Praia, 20 de Junho de 2018.

O Conselho Fiscal,

Ivanilde Costa

Ivanilde Costa

(Presidente)

António Pedro Gomes Silva

António Pedro Gomes Silva

(Vice-presidente)

João Augusto Barros de Pina

João Augusto Barros de Pina

(Vogal)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. ("a Caixa"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 72.659.840 milhares de escudos cabo-verdianos ("mCVE") e um total de capital próprio de mCVE 4.244.874, incluindo um resultado líquido de mCVE 473.861), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos descritos na nota 1.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para Crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
► O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (nota 2.2 e nota 32) ► A imparidade para o crédito a clientes representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa da perda esperada da carteira de crédito a clientes com referência a 31 de dezembro de 2018. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão da Caixa estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda	Efetuámos a identificação e avaliação do risco de auditoria que conduziu à definição da abordagem de auditoria para responder ao risco de distorção material. Esta abordagem incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos adicionais que incluíram testes aos controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente: ► Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para o crédito a clientes, comparando-o com o primeiro período

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
esperada. Para exposições relevantes, recorreu a julgamentos de especialistas na avaliação de risco de crédito da Caixa. ► Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2018, por via da aplicação pela primeira vez da Norma Internacional de Relato 9 – Instrumentos financeiros, a imparidade passou a refletir a perda esperada (perda incorrida em 2017). Esta norma introduz dois conceitos novos: o "aumento significativo do risco de crédito" e "previsões de condições económicas futuras". Os impactos da transição estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (nota 21). ► Para além da complexidade dos modelos descritos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que nem sempre estão disponíveis nos sistemas centrais da Caixa, como sejam a informação do risco de crédito no momento da concessão, a data e o valor do primeiro incumprimento, o valor das recuperações históricas dos créditos em incumprimento. Para ultrapassar limitações que possam existir em alguns dados, por vezes o órgão de gestão recorre a expedientes práticos que aumentam os julgamentos aplicados. ► A utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos podem ter um impacto material no valor da imparidade estimada. ► Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve e a materialidade do seu valor, consideramos este tema como matéria relevante de auditoria.	disponível de parallel run sob a norma IFRS 9 e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ► Com o apoio de especialistas em risco internos, avaliámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados: i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) avaliação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) análise das alterações realizadas durante o exercício de 2018 aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) inquirições aos especialistas da Caixa responsáveis pelos modelos, e inspeção dos relatórios dos reguladores. ► Obtivemos o entendimento e avaliámos o desenho do modelo de cálculo da perda esperada, testámos o cálculo, avaliámos os pressupostos usados para suprir lacunas nos dados, comparámos os parâmetros usados com os resultados dos modelos de estimação, comparámos os resultados com os valores nas demonstrações financeiras;

2. Valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
► A rubrica de Outros Ativos, tal como descrito na Nota 15, do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresenta um montante de 1.037.058 mCVE e de 1.233.439 mCVE, respetivamente. ► Periodicamente, a Caixa solicita a entidades independentes e registadas no Banco de Cabo Verde avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja	A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos: ► Realização de procedimentos de detalhe específicos para identificar imóveis com indícios de imparidade e apurar os montantes correspondentes; ► Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a titularidade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. ► Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito, uma vez que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferentes das estimadas.	► Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ► Inspeção dos valores apresentados nas demonstrações financeiras, para testar a sua concordância com os registos contabilísticos, e das divulgações, para testar a sua plenitude face aos normativos existentes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de acordo com os princípios contabilísticos descritos na nota 1;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Caixa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

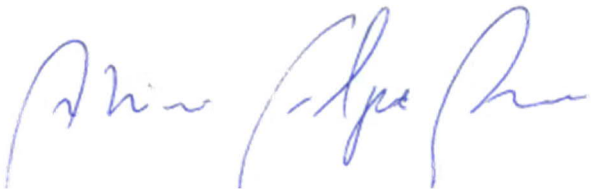
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 18 de junho de 2019

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás – ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161480

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DEZEMBRO 2017

ATIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	9 459 301	10 190 370
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	1 217 059	2 129 308
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	3 823	3 823
Aplicações em instituições de crédito	8	9 985 960	8 528 240
Crédito a clientes	9	47 592 161	46 907 492
Propriedades de investimento	10	5 018	5 052
Outros ativos tangíveis	11	1 994 916	1 986 167
Ativos intangíveis	12	13 042	11 228
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	89 938	78 339
Ativos por impostos correntes	14	43 273	45 488
Ativos por impostos diferidos	14	63 825	0
Outros ativos	15	2 191 525	2 384 610
Total do ativo		**72 659 840**	**72 270 116**
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de outras instituições de crédito	16	200 076	634 647
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	67 844 700	67 019 735
Provisões	18	34 620	71 228
Passivos por impostos correntes	14	8 257	74 577
Outros passivos	19	327 314	322 456
Total do passivo		**68 414 967**	**68 122 643**
Capital	20	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	21	2 379 012	2 302 954
Resultado do exercício	21	473 861	452 519
Total do capital próprio		**4 244 874**	**4 147 473**
Total do passivo e do capital próprio		**72 659 840**	**72 270 116**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DEZEMBRO 2017

	Notas	dez/18	dez/17
Juros e rendimentos similares	22	3 970 886	3 869 195
Juros e encargos similares	23	(1 460 082)	(1 637 773)
MARGEM FINANCEIRA		2 510 804	2 231 421
Rendimentos de instrumentos de capital		0	170
Rendimentos de serviços e comissões	24	244 973	204 264
Encargos com serviços e comissões	24	(101 304)	(87 195)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0	-
Resultados de reavaliação cambial	25	112 398	83 697
Resultados de alienação de outros ativos	26	110	3 116
Outros resultados de exploração	27	65 950	105 412
PRODUTO BANCÁRIO		2 832 932	2 540 885
Custos com pessoal	28	(805 529)	(749 064)
Gastos gerais administrativos	29	(538 993)	(540 174)
Amortizações do exercício	10/11/12	(109 327)	(180 269)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	-	(4 877)
Imparidade outros activ.financ.liq.rever.e recup.	18	(715 309)	(510 322)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	(151 784)	(45 822)
Resultados em empresas associadas	13	21 565	19 740
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		533 555	530 097
Impostos			
Correntes	14	(123 519)	(62 730)
Diferidos	14	63 825	(14 848)
		(59 694)	(77 577)
Resultado e rendimento integral do exercício		473 861	452 519
Número médio de ações ordinárias emitidas		1 392 000	1 392 000
Resultado por Acão		0,34	0,33

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DEZEMBRO 2017

	dez/18	dez/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	4 215 859	4 073 459
Pagamento de juros e comissões	(1 561 386)	(1 724 969)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	178 348	189 110
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1 344 522)	(1 289 239)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(69 190)	(47 932)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	1 419 110	1 200 429
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1 457 720)	(2 387 782)
Créditos sobre clientes	(836 453)	(6 219 351)
Outros ativos	41 301	(141 333)
	(2 252 872)	(8 748 465)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(434 571)	147 911
Recursos de clientes	824 965	9 404 228
Outros passivos	(1 062 755)	(348 310)
	(672 362)	9 203 829
Caixa líquida das atividades operacionais	(1 506 125)	1 655 793
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(11 599)	739
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	21 565	19 740
Ativos intangíveis	(7 863)	(4 211)
Outros ativos tangíveis	(26 654)	(104 606)
Receitas de venda de ativos tangíveis	110	3 116
Caixa líquida das atividades de investimento	(24 442)	(85 222)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Dividendos distribuídos	(112 752)	(139 205)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(112 752)	(139 205)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1 643 318)	1 431 367
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12 319 678	10 888 311
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10 676 360	12 319 678

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DEZEMBRO 2017

	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1 392 000**	**508 133**	**2 291 550**	**(679 807)**	**202 730**	**3 714 606**
Aplicação do resultado do exercício de 2015:	-					
Incorporação em reservas	-	20 273	101 722	-	(121 995)	(121 995)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(80 736)	(80 736)
Microcrédito	-	-	73 962	-	-	73 962
Imposto corrente-Microcrédito			(12 879)	-	-	(12 879)
Rendimento integral do exercício	-	-		-	452 519	452 519
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**1 392 000**	**528 406**	**2 454 355**	**(679 807)**	**452 519**	**4 147 473**
Aplicação do resultado do exercício de 2017:						
Incorporação em reservas		45 252	294 515	-	(339 767)	(339 767)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(112 752)	(112 752)
Microcrédito	-	-	201	-	-	201
Impacto IFRS9	-	-	-	(379 172)	-	(379 172)
Imposto corrente- Impacto IFRS 9				115 262		115 262
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	473 861	473 861
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**1 392 000**	**573 658**	**2 749 071**	**(943 717)**	**473 861**	**4 244 873**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista. Em dezembro de 2017 a IMPAR – Companhia cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L, vendeu toda a sua participação para o INPS-Instituto nacional da Previdência Social (Nota 20).

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 35 agências para a realização das suas operações. O capital da Caixa está representado por 1.392.000 ações, 100% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Relativamente ao cálculo da imparidade para crédito a clientes, as demonstrações financeiras devem respeitar ainda o estabelecido no Aviso 4/2006 de 2 de janeiro de 2007, republicado pelo Aviso 6/2007 de 25 de Fevereiro de 2008 .

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2019, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao fixing do BCV no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2018 e 2017, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o câmbio (fixing) face ao Dólar Norte-Americano (USD) era de 96,268 e 92,543, respetivamente. Convém realçar, que a partir de Março 2018 a Caixa passou a adotar o fixing do BCV como o novo método de conversão de moeda estrangeira em escudos Cabo-Verdianos, por recomendação do BCV, de modo a evitar disparidades entre as instituições financeiras resultantes da conversão cambial.

c) Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:
(1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
(2) O tipo de instrumentos financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
(3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:
• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida – deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".

• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".

• Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVTPL").

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Os instrumentos de dívida detidos pela Caixa são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio de "Hold to Collect" e que apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta

categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao custo, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito e vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, exceto em circunstâncias excecionais se existirem evidências concretas quanto ao seu recebimento, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com exceção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros Resultados de Exploração".

Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos *justo valor através de outro rendimento integral*, que correspondem a ações de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo histórico. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos *justo valor através de outro rendimento integral*" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a ativos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes ativos ao custo histórico, líquido de imparidade.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e contas a receber

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração concetual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

Para os ativos financeiros classificados em *stages* 1 e 2, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte. Para os ativos financeiros classificados em *stage* 3, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD do instrumento financeiro e (ii) a EAD.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* são calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD *lifetime*.

As PDs utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica da ocorrência de *defaults* (*through-the-cycle*) e são ajustadas de modo a refletir o ponto atual do ciclo económico (*point-in-time*).

AS LGDs utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica de perdas nos eventos de *default*.

Na mensuração das perdas esperadas da carteira de títulos mensurados ao custo amortizado são utilizadas PDs e LGDs de mercado disponibilizadas por agências de notação de risco internacionais.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito é um novo conceito introduzido pela IFRS 9, o qual requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para *o stage 2* ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito é determinado através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos internos utilizados pela Caixa na gestão de risco de crédito, verificando-se assim o alinhamento dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pela Caixa.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. A Caixa não refuta este pressuposto.

A Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através dos seguintes critérios:

- Atraso superior a 30 dias;
- Reestruturações por dificuldades financeiras;
- Saldos irregulares na Central de Risco de Crédito do Banco de Cabo Verde;
- Contágio de operações;
- Saída de *stage* 3.

Na carteira de títulos mensurados ao custo amortizado a Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através de degradações significativas do rating da contraparte entre a data de originação e a data de reporte dos títulos.

As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

A IFRS 9 não apresenta uma definição objetiva de *default*, contudo, assume um pressuposto refutável de que o *default* ocorre no momento em que uma exposição apresenta mais de 90 dias de atraso. A Caixa não refuta este pressuposto, sendo que a definição de *default* do Caixa contempla os seguintes critérios:

- Atraso superior a 90 dias;
- Capital abatido;
- Múltiplas reestruturações;
- Contágio de operações.

Informação Forward-looking

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e. informação *forward-looking*).

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

A Caixa não aplica contabilidade de cobertura, pelo que nesta componente os novos requisitos da IFRS 9 não irão originar qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Caixa.

Governance
No exercício de 2018 decorreu um projeto de implementação da norma de modo a dar resposta aos requisitos da IFRS 9 e às exigências do Banco de Cabo Verde.

No decorrer do projeto foram realizadas reuniões periódicas entre as equipas responsáveis por assegurar o desenvolvimento e implementação dos novos modelos, nomeadamente as direções de Risco, Financeira, Tecnologia e Operações. Foram também realizadas reuniões com o Conselho de Administração da Caixa com o objetivo de definir e/ou aprovar os principais pressupostos dos novos modelos.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço.
O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar.
A diferença entre o valor da renda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

e) Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não vem introduzir grandes alterações face aos requisitos já previstos na IAS 39, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido pela IAS 39, com exceção dos casos em que este tratamento contabilístico gere *"accounting missmatch"*. Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo no momento da recompra destes passivos.

Conforme análise realizada pela Caixa com referência a 1 de janeiro de 2018 não foram identificados impactos da adoção da IFRS 9, uma vez que os passivos financeiros da Caixa são mensurados ao custo amortizado.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros ativos".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Até 2013 para imóveis adquiridos na determinação da imparidade, a Caixa considerava ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em "Amortizações do exercício" ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5-6	5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

i) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Estes ativos são sujeitos a testes periódicos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações" da demonstração de resultados.

k) Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 25% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja

provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".
As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração concetual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade,

em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Imparidade de ativos recebidos em recuperação de crédito

As perdas por imparidade em ativos recebidos em recuperação de crédito são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes ativos resulta de uma avaliação efetuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

4. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

4.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

4.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Não houve efeito significativo nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Caixa em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE) de diversas emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018, à exceção dos divulgados sobre a transição para a IFRS 9.

• IFRS 2 (alteração), "Classificação e Mensuração das Transações de Pagamento com base em Ações" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações incorporam na norma orientações sobre o tratamento contabilístico de pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, que seguem a mesma abordagem de pagamentos baseados e liquidados em ações.

• IFRS 4 (alteração), "Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações complementam as opções atualmente existentes na norma que podem ser utilizadas para colmatar a preocupação relacionada com a volatilidade temporária dos resultados.

• IFRS 9 (novo), "Instrumentos financeiros – classificação e mensuração" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Caixa o detém para receber os *cashflows* contratuais e os *cashflows* representam o nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados.

• IFRS 15 (novo), "Rédito de Contratos com Clientes" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A norma estabelece um enquadramento único e abrangente para o reconhecimento da receita, sendo este aplicado de forma consistente em transações, indústrias e mercados de capital, melhorando a comparabilidade das demonstrações financeiras a nível global. Esta norma substitui as seguintes normas e interpretações: IAS 18 Rédito, IAS 11 Contratos de construção, IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes, IFRIC 15 Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 Transferências de ativos provenientes de clientes e SIC - 31 Receita - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

• IFRS 15 (clarificação), "Rédito de Contratos com Clientes" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). São apresentados esclarecimentos sobre a transição e algumas clarificações aos princípios subjacentes da norma.

• IFRIC 22 (interpretação), "Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As interpretações vêm esclarecer a contabilização de operações que incluem o recebimento ou pagamento antecipado em moeda estrangeira.

• IAS 40 (alteração), "Transferência de propriedades de investimento" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As alterações vêm clarificar se uma propriedade em construção ou desenvolvimento, que foi previamente classificada em inventários, pode ser transferida para propriedades de investimento quando exista uma mudança evidente no uso.

• Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

4.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2019 ou posteriores e que a Caixa não adotou antecipadamente são analisadas de seguida.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras, as normas e interpretações endossadas pela União Europeia, mas cuja aplicação obrigatória ocorre em exercícios económicos futuros são as seguintes:

• IFRS 9 (alteração), "Pagamento antecipado com compensações negativas" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro cumpre o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

• IFRS 16 (novo), "Locações" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, com opção de aplicação antecipada). A norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de contratos de leasing, definindo um único modelo de contabilização. Com exceção de contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor, os leasings deverão ser contabilizados como um ativo e um passivo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia:

• IFRS 17 (novo), "Contratos de Seguros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro

de 2021). O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico com maior utilidade e consistência para contratos de seguros entre entidades que os emitam globalmente.

• IAS 19 (alteração), "Alteração, reestruturação ou liquidação do plano" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida). A alteração tem como objetivo harmonizar as práticas contabilísticas e fornecer informações mais relevantes para a tomada de decisões.

• IFRIC 23 (interpretação), "Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A interpretação aborda a contabilização de impostos sobre o rendimento, quando os tratamentos fiscais envolvam incertezas que afetem a aplicação da IAS 12. A interpretação não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem incluem requisitos específicos relativos a juros e penalidades associados a incertezas de tratamentos fiscais.

• IAS 28 (alteração), "Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A melhoria veio clarificar que i) uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *jointventures* ao justo valor através de resultados, ii) se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *jointventure* que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicial do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

• Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a revisão da IFRS 3 Combinações de negócios – interesse detido previamente numa operação conjunta, IFRS 11 Acordos conjuntos – interesse detido previamente numa operação conjunta, IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital e IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

• Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (emitido a 29 de março de 2018, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Caixa.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2018	2017
Caixa	2 250 518	3 345 513
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	7 208 783	6 844 857
	9 459 301	**10 190 370**

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Em 2018, foi fixada uma percentagem mínima diária de 13% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Os depósitos à ordem junto do Banco de Cabo Verde não são remunerados.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2018	2017
Depósitos à ordem:			
	Em instituições de crédito no país		
	. BCA	2 654	2 661
	Em instituições de crédito no estrangeiro		
	. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	214 413	302 554
	. Novo Banco SA	113 711	82 953
	. Montepio Geral	144 554	801 600
	. Caixa Geral de Depósitos	37 379	62 328
	. Natexis Banques Populaires	469 455	676 403
	. Banck of China, Macau Branch	8 124	4 266
	. BPI	120 814	100 157
	. Outras	53 713	8 739
		1 164 818	2 041 659
		1 164 818	2 041 659
	Sobre o país	48 613	78 799
	Sobre o estrangeiro	2 817	8 268
Valores a cobrar:		51 430	87 067
Outras disponibilidades		811	581
		1 217 059	**2 129 308**

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

As disponibilidades em EUR em instituições de crédito no exterior, estão bastante condicionadas pelas medidas adotadas pelos correspondentes nos últimos anos, resultando na necessidade de otimização das mesmas em virtude da redução permanente do threshold a partir do qual são cobrados juros negativos.
Face à conjuntura de liquidez confortável na zona euro os bancos adotam medidos que penalizam os depositantes com fundos imobilizados a partir de certos limites, limites esses que tendem a baixar. Os juros negativos aplicam-se tanto aos depósitos à ordem, como à prazo.
Para alem de juros negativos os correspondentes também introduziram o chamado Management Fee to EUR balances, sendo uma comissão adicional aplicável às disponibilidades em EUR
Em consequência, tem sido prática a venda permanente dos excedentes em euros ao mercado nacional, principalmente ao BCV.

7. ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3 823	-	3 823
	3 823	**-**	**3 823**

A participação no Fundo G.A.R.I., face à dificuldade em determinar o seu justo valor, foi registada ao custo histórico.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
A Prazo	7 400 000	6 600 000
Títulos de intervenção monetária	1 496 000	1 800 000
Mercado Monetário Interbancario	771 855	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	287 091	132 102
Juros acrescidos	37 227	586
Proveitos diferidos	(6 214)	(4 448)
	9 985 960	**8 528 240**

A Caixa em 31 de dezembro de 2018 tem investimentos no Banco de Cabo Verde em Overnight no montante de 7.400.000 mCve, e Títulos de Intervenção Monetária (TIM) no montante de mCve. 1.496.000.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução" corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para garantias bancárias prestadas pela Caixa a estas entidades. Existem depósitos de cauções remunerados e outros são remunerados á taxa negativa, sendo reembolsados quando da liquidação da respetiva garantia bancária associada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2018	2017
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	287 091	108 225
Outros	-	23 876
	287 091	**132 101**

9. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	180 549	1 926 783
Empréstimos	629 722	686 641
Descobertos em depósitos à ordem	1 391 088	741 936
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	25 706 866	25 155 539
Outros créditos	2 387 829	325 042
Crédito ao Pessoal	1 204 984	1 157 696
	31 501 038	29 993 637
Crédito Não Residente	200 290	-
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	12 315 282	12 005 770
Outros títulos de rendimento fixo	2 273 614	2 414 574
	46 290 224	44 413 981
Juros a receber	289 384	300 766
Custos diferidos	1 299	1 443
Receitas diferidas	(296 026)	(295 693)
Crédito Vencido	5 806 314	
Juros Vencidos	56 649	6 044 997
	52 147 844	50 465 494
Imparidade (Nota 18)		
Créditos a Clientes	(4 280 648)	(3 558 001)
Outros créditos e valores a receber (titulados)	(275 034)	-
	47 592 161	46 907 493

A rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública" refere-se a obrigações do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 2.772.730 e 3.372.730.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo" inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2018				
	Valor Bruto (Capital e Juros)	Imparidade	%	Valor Líquido	Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo					
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1 344 193	7 799	0,58%	1 336 394	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	369 123	4 557	1,23%	364 566	14/06/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	15 330	15 301	99,81%	29	18/02/2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA	487 331	5 856	1,20%	481 475	06/01/2019
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Tranche I	335 920	4 025	1,20%	331 894	14/09/2022
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Tranche II	222 707	2 756	1,24%	219 951	14/10/2022
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	61 005	45 719	74,94%	15 287	14/10/2017
INPHARMA, SA	3 965	-	0,00%	3 965	24/12/2019
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	189 814	2 309	1,22%	187 505	25/08/2027
	3 029 387	**88 322**	**2,92%**	**2 941 066**	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde. A Caixa económica de Cabo Verde subscreveu em Junho de 2017 obrigações da Electra serie E no montante de 368.273 mCve com maturidade em Junho de 2025.

As obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se com algumas prestações em incumprimento desde agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2018, os juros vencidos e não pagos das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCve. 9.125 e mCve. 1.987, respetivamente. Os próximos cupões de juros vencem-se em fevereiro de 2018.

As obrigações subscritas dos Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A. têm maturidade em dezembro de 2019. Em cada um dos exercícios de 2018 e 2017 os reembolsos de capital ascenderam a mCve. 3.960, liquidados na data de pagamento dos cupões.

No exercício de 2017, a ASA- Agência Segurança Aérea, recorreu a emissão obrigações, tendo a Caixa subscrito o montante de mCve. 186.569, com maturidade em agosto de 2027.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber (titulados) ", e juros corridos e receitas diferidas, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2018			2017		
	Crédito vivo	**Crédito vencido**	**Total**	**Crédito vivo**	**Crédito vencido**	**Total**
Empresas:						
Comércio	549 726	414 149	963 875	438 372	482 772	921 144
Construção e obras públicas	560 832	146 364	707 196	1 547 306	149 130	1 696 435
Transportes	5 342 017	317 329	5 659 347	3 313 840	297 401	3 611 240
Indústria	568 130	535 900	1 104 030	545 206	531 800	1 077 005
Hotelaria	753 304	321 490	1 074 794	557 945	358 178	916 122
Energia	1 661 197	1 080	1 662 277	1 403 366	1 080	1 404 446
Outros	3 905 520	1 049 451	4 954 971	4 521 535	1 026 491	5 548 026
	13 340 726	2 785 764	16 126 490	12 327 568	2 846 850	15 174 418
Particulares:						
Habitação	11 994 941	1 864 290	13 859 231	11 487 504	1 955 382	13 442 885
Outros	6 365 661	1 156 261	7 521 922	6 178 565	1 187 677	7 366 242
	18 360 602	3 020 551	21 381 153	17 666 068	3 143 059	20 809 127
	31 701 328	**5 806 314**	**37 507 642**	**29 993 636**	**5 989 909**	**35 983 545**

A rubrica Crédito ao Pessoal refere-se aos empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que são remunerados a taxas de juro reduzidas, de acordo com a política de empréstimos a colaboradores da Caixa.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentado como se segue:

Custo de Aquisição	**Terrenos**	**Imóveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2016	**3 684**	**4 752**	**8 436**
Abates / Vendas	-	(334)	**(334)**
Saldo em 31-12-2017	**3 684**	**4 418**	**8 102**
Saldo em 31-12-2018	**3 684**	**4 418**	**8 102**

Amortizações	**Terrenos**	**Imóveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2016	**-**	**3 247**	**3 247**
Amortizações do Exercício	-	(197)	**-**
Saldo em 31-12-2017	**-**	**3 050**	**3 050**
Amortizações do Exercício	-	35	**35**
Saldo em 31-12-2018	**-**	**3 084**	**3 084**

Saldo líquido em 31-12-2017	**3 684**	**1 369**	**5 052**
Saldo líquido em 31-12-2018	**3 684**	**1 334**	**5 018**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa e era:

	2018		**2017**	
	Valor líquido	Valor de avaliação	Valor líquido	Valor de avaliação
Terrenos	3 684	18 640	3 684	18 640
Edifícios	1 334	14 664	1 368	14 664
	5 018	**33 304**	**5 052**	**33 304**

Nos exercícios de 2018 e 2017, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 68 e mCve. 96, respetivamente.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2017			Vendas / Abates					Saldos em 31-12-2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortização do exercício	Transferências	Regularizações	Valor bruto	Amortização acumuladas	Valor líquido
Imóveis	1 675 900	(206 372)	40 385	(100 986)	100 986	(32 676)	-	-	1 615 299	(138 062)	1 477 237
Obras em edifícios arrendados	48 242	(41 640)	-	-	-	(1 097)	(305)	307	47 937	(42 430)	5 507
Património artístico	4 411	-	705	-	-	-	-	-	5 116	-	5 116
Equipamento:											
Mobiliário e material	230 340	(183 064)	14 325		3 293	(15 339)	(1 519)	931	243 146	(194 179)	48 967
Máquinas e ferramentas	303 904	(267 590)	366	(23 603)	37 339	(13 810)	(395)	362	280 272	(243 699)	36 573
Equipamento informático	390 952	(351 616)	2 239	(33 040)	36 301	(16 619)	(775)	750	359 376	(331 184)	28 192
Instalações interiores	576 525	(565 046)		(2 512)	3 832	(1 900)	(77)	75	573 936	(563 039)	10 897
Material de transporte	163 330	(112 791)		(2 120)	858	(15 848)			161 210	(127 781)	33 429
Equipamento de segurança	141 377	(119 575)	1 955	(28)	912	(5 512)			143 304	(124 175)	19 129
Outro equipamento	6 982	(6 231)	210	(566)	566	(444)	(126)	116	6 500	(5 993)	507
	3 541 963	(1 853 925)	60 185	(162 855)	83 101	(103 245)	(3 197)	2 541	3 436 096	(1 770 542)	1 665 554
Imoblilizado em curso	298 129	-	31 233						329 362	-	329 362
	3 840 092	(1 853 925)	91 418	(162 855)	83 101	(103 245)	(3 197)	2 541	3 765 445	(1 770 529)	1 994 916

	Saldos em 31-12-2016			Vendas / Abates					Saldos em 31-12-2017		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	1 635 946	(174 035)	39 954	-	-	(32 337)	-	-	1 675 900	(206 372)	1 469 528
Obras em edifícios arrendados	48 242	(39 207)	-	-	-	(2 433)	-	-	48 242	(41 640)	6 602
Património artístico	4 323	-	89	-	-	-	-	-	4 411	-	4 411
Equipamento:											
Mobiliário e material	220 117	(168 098)	9 015	(518)	518	(14 035)	1 726	(931)	230 340	(183 064)	47 276
Máquinas e ferramentas	290 669	(252 557)	13 500	(660)	660	(14 670)	395	(440)	303 904	(267 590)	36 314
Equipamento informático	392 010	(331 956)	14 697	(16 569)	3 001	(18 903)	815	(757)	390 952	(351 616)	39 336
Instalações interiores	566 214	(512 776)	10 233	-		(52 193)	77	(77)	576 525	(565 046)	11 477
Material de transporte	173 014	(102 106)	-	(9 683)	9 683	(10 686)	-	-	163 330	(112 791)	50 539
Equipamento de segurança	139 647	(104 621)	1 969	-	-	(14 954)	(248)	9	141 377	(119 575)	21 802
Outro equipamento	6 724	(5 651)	130	-	-	(464)	128	(116)	6 982	(6 231)	751
	3 476 906	(1 691 007)	89 585	(27 430)	13 862	(160 673)	2 893	(2 312)	3 541 962	(1 853 923)	1 688 037
Imoblilizado em curso	258 571	-	105 131	(65 572)	-	-	-		298 129	-	298 129
	3 735 477	(1 691 007)	194 716	(93 002)	13 862	(160 673)	2 893	(2 312)	3 840 091	(1 853 923)	1 986 166

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Imobilizado em curso" inclui despesas com a instalação de novas agências e obras nas agências existentes, nos montantes de mCve. 281.094-e mCve. 298.219, respetivamente.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica ativos intangíveis regista o *software* da Caixa. O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Custo de Aquisição	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2016	**306 864**	**306 864**
Adições	4 211	**4 211**
Saldo em 31-12-2017	**311 075**	**311 075**
Adições	7 863	**7 863**
Saldo em 31-12-2018	**318 938**	**318 938**

Amortizações	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2016	**294 147**	**294 147**
Amortizações do exercício	5 700	**5 700**
Saldo em 31-12-2017	**299 847**	**299 847**
Amortizações do exercício	6 049	**6 049**
Saldo em 31-12-2018	**305 896**	**305 896**

Saldo líquido em 31-12-2017	**11 228**	**11 228**
Saldo líquido em 31-12-2018	**13 042**	**13 042**

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

2018					
Entidade	% de Participação	Custo de Aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais Próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	216 796	888 989	88 899
		22 500			**89 938**

2017					
Entidade	% de Participação	Custo de Aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais Próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	200 472	773 009	77 300
		22 500			**78 339**

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP) e Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur) como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade destas entidades, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2018 e 2017 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	IMOTUR	SISP	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**1 039**	**66 963**	**68 002**
Dividendos	-	(9 710)	(9 710)
Resultados em participadas	-	20 047	20 047
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**1 039**	**77 300**	**78 339**
Dividendos	-	(9 966)	(9 966)
Resultados em participadas	-	21 565	21 565
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**1 039**	**88 899**	**89 938**

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018, a Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 25% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	**2017**
Ativos por impostos correntes		
. IUR a recuperar	43 273	45 488
. Retenções na fonte do exercício	-	-
	43 273	45 488
Passivos por impostos correntes		
. Estimativa de imposto do exercício	-	56 358
. Tributação autónoma	8 257	6 371
	8 257	62 729
Ativos por impostos diferidos		
. Por prejuízos fiscais reportáveis	63 825	14 848
	63 825	**14 848**

A rubrica "Ativos por impostos correntes – IRPC a recuperar" corresponde aos pagamentos fracionados efetuados nos exercícios de 2017 e 2018.

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2017	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2018
Prejuízos fiscais reportáveis	-	63 825	63 825
	-	63 825	63 825

Nos termos do Código do IRPC, aprovado pela Lei n.º 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, os prejuízos fiscais são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos sete períodos de tributação seguintes. No exercício de 2017, a Caixa utilizou impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de mCve. 14.848. O montante de prejuízo fiscal reportável efetivamente utilizado em 2017 ascendeu a mCve. 58.227.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes do imposto		533 555		530 097
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	136 057	25,5%	135 175
Benefícios Fiscais:				
.Rendimentos de títulos de Dívida Publica	-29%	-39 487	-9,0%	-49 509
Colocados em mercado secundário	-18,4%	-25 001		
.Rendimentos de obrigações	-63,0%	-85 757	-19,50%	-103 384
.Outros	-0,6%	-862	-0,2%	-1 216
Imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	13,7%	18 574	18,1%	95 994
Reversão de provisões tributadas	-9,0%	-12 179	0%	-902
Aplicação do método de equivalência patrimonial	-4,0%	-5 499	-14,6%	-5 034
Encargos não aceites fiscalmente	0,2%	331	0,2%	1 078
Tributação Autónoma	1,5%	2 106	1,2%	6 372
Correção no valor de impostos diferidos	0,0%	0	0,0%	0
Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	0,0%	0	-2,8%	-14 848
Correção relativas a exercícios anteriores	57,2%	77 829	0,0%	0
Outros	3,5%	4 729	1,9%	11 882
Imposto sobre o lucro do exercício	2,0%	8 257	14,30%	75 948

Os rendimentos das obrigações ou produtos de natureza análoga, incluindo os títulos de dívida pública, com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa liberatória de 5%. A taxa só se aplica relativamente aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025.

Em julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correções ao imposto apurado pela Caixa que foram objeto de reclamação. Em janeiro de 2012, a Caixa recebeu nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de mCve. 40.644. A Caixa procedeu à liquidação do montante de mCve. 16.145 e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DCI.

Em 31 de dezembro de 2018, encontra-se reconhecida uma provisão para contingências fiscais no montante de mCve. 31.877, a qual se encontra, na maior parte do seu valor, alocada ao processo respeitante ao exercício de 2010 a aguardar conclusão pela DCI.

Nos termos do Código Geral Tributário, aprovado pela Lei 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2018.

15. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Outros ativos:		
Bens arrematados	1 657 517	1 702 114
Numismática e medalhística	86	86
	1 657 603	1 702 200
Devedores:		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	961 468	979 243
. Outros	48	55 259
Devedores por remessas cambiais	22 289	9 508
Devedores diversos	54 450	49 173
	1 038 255	1 093 183
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	10 452	-
Outros	17 823	13 430
	28 274	13 430
Operações ativas a regularizar:	118 298	74 919
Ativo Bruto	2 842 431	2 883 732
Imparidade de outros ativos (Nota 18):		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	(620 459)	(468 675)
Outros ativos	(30 447)	(30 447)
Imparidade Acumulada	(650 906)	(499 122)
Ativo Líquido	**2 191 525**	**2 384 610**

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos recebidos por recuperação de crédito correspondem a imóveis e outros ativos recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

	2018			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%
2004	2 015	(1 974)	41	98%
2007	1 131	(958)	172	85%
2008	3 365	(3 324)	42	99%
2013	264 375	(72 000)	192 375	27%
2014	644 536	(156 500)	488 036	24%
2015	290 238	(159 368)	130 871	55%
2016	346 355	(184 871)	161 484	53%
2017	76 607	(22 600)	54 007	30%
2018	23 209	(18 864)	4 345	81%
	1 651 831	(620 459)	1 031 372	38%

Durante 2018 a Caixa recebeu em dação em pagamento um imóvel, cujo valor de balanço em 31 de dezembro de 2018 totaliza mCve. 20.545.

16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2018	2017
Depósitos à ordem:			
	De instituições de Crédito no Pais	198 320	581 687
		198 320	581 687
Depósitos a prazo:			
	De instituições de Crédito no Pais	-	50 000
		-	50 000
Juros:			
	De depósitos	1 756	2 960
		1 756	2 960
		200 076	634 647

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Recursos de outras instituições de crédito” apresentava os recursos de instituições de crédito junto da Caixa Económica.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	8 265 753	7 531 294
Depósitos à vista:		
De residentes	22 660 916	22 651 985
De emigrantes	957 011	1 017 482
	23 617 927	23 669 467
Depósitos a prazo:		
De residentes	16 775 103	16 953 326
De emigrantes	15 433 838	14 526 722
	32 208 941	31 480 048
Outros recursos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Notas 2.3 e) e 9))	2 772 730	3 372 730
Empréstimos obtidos de residentes	380 301	413 634
Cheques e ordens a pagar	15 943	(48 983)
	3 168 974	3 737 381
Juros:		
De depósitos	540 091	549 753
De títulos cedidos com acordo de recompra	37 179	45 422
De empréstimos obtidos de residentes	5 835	6 370
	583 105	601 545
	67 844 700	**67 019 735**

A rubrica de títulos cedidos com acordo de recompra refere-se ao valor a pagar pelos títulos cedidos registados na rubrica de créditos a clientes – Títulos de Dívida Pública, conforme política contabilística referida na nota 2.2.e).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes" corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica "Cheques e ordens a pagar" inclui mCve. 61.185 e mCve. 63.792, respetivamente, referentes a transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorreu nos primeiros dias de 2018 e 2017.

.

18. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é o seguinte:

	2018					
	Saldos em 31/12/2017	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2018
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	3 558 001	3 616 081	(96 798)	(2 900 773)	379 171	4 555 683
Imparidade das Associadas	-		-			-
Imparidade de outros activos						-
Imparidade de bens Arrematados	468 675	155 178		(3 395)		620 459
Devedores, Outras Aplicações	30 447				-	30 447
	4 057 123	3 771 259	(96 798)	(2 904 168)	379 171	5 206 588
Outras provisões	39 351		(36 608)		-	2 743
Contingências fiscais	31 877	-	-		-	31 877
	4 128 352	3 771 259	(133 406)	(2 904 168)	379 171	5 241 209

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, é o seguinte:

	2017					
	Saldos em 31/12/2016	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2017
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	2.787.533	2.054.989	-	(1.544.667)	260.146	3.558.001
Imparidade das Associadas	1.038		(1.038)			-
Imparidade de outros ativos						
Imparidade de bens Arrematados	421.815	46.860			-	468.675
Devedores, Outras Aplicações	30.447				-	30.447
	3.240.833	2.101.849	(1.038)	(1.544.667)	260.146	4.057.123
Outras provisões	39.351				-	39.351
Contingências fiscais	27.000	7.378	(2.501)		-	31.877
	3.307.185	2.109.227	(3.539)	(1.544.667)	260.146	4.128.352

As Provisões e Imparidades Líquidas do Exercício, que em 2017 somaram 561.021 contos, atingiram 367.092 contos em 2018, refletindo um decréscimo de 34,57% (193.929 contos). De salientar que as Imparidades líquidas de Crédito, registaram uma diminuição de 295.014 contos (-57,81).

OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Recursos:		
Sector público administrativo - Retenção de impostos na fonte	3 490	63 684
Outros	4 245	6 723
	7 735	70 407
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	70 847	66 859
Prémio de produtividade	43 423	35 323
Subsídio de falha	13 365	13 215
	127 635	115 397
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	9 580	9 770
Água, gás e eletricidade	7 988	7 661
Comunicações	12 350	11 432
SPA - Retenção na Fonte Impostos	42 407	-
Outros	49 361	17 663
	121 686	46 525
Receitas com proveito diferido:		
De operações extrapatrimoniais	1 434	2 592
Outras contas de regularização	68 824	87 535
Outros Passivos	327 314	322 456

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros custos administrativos – Outros" inclui mCve. 20.498 e mCve. 19.876, referentes aos valores a entregar ao INPS a título de encargos sociais do mês de dezembro, respetivamente, e mCve. 10.733 e mCve. 10.541, referentes ao imposto único sobre o rendimento dos colaboradores do mês de dezembro, respetivamente.

Adicionalmente, o saldo remanescente desta rubrica é composto essencialmente por valores a regularizar com bancos e clientes que correspondem essencialmente a transferências eletrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

19. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a estrutura acionista da Caixa é a seguinte:

	2018		2017	
Entidade	de ações	%	Número de ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%	657 200	47,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381 904	27,44%	381 904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%	210 749	15,1%
Outros subscritores e trabalhadores	142 147	10,21%	142 147	10,2%
	1 392 000	100,00%	1 392 000	100,00%

O Instituto Nacional de Previdência Social comprou as participações da Impar e de um grupo de acionistas Privados, num total 200.211 ações, passando a deter 47,21% do Capital

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

		Impacto IFRS				
	2018	Imparidade	Imposto corrente	Incorporação Reservas	Microcrédito	2017
Outras reservas e resultados transitados						
. Reserva legal	573 658	-	-	45 252		528 406
. Outras reservas	2 749 071	-	-	294 515	201	2 454 356
. Resultados transitados	(943 716)	(379 172)	115 262			(679 808)
	2 379 013	(379 172)	115 262	339 767	201	2 302 954
Lucro do exercício	473 861	-	-	-		452 519
	2 852 874	**(379 172)**	**115 262**	**339 767**	**201**	**2 755 473**

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 27 de Abril de 2018, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 113.130 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 45.252 e mCve. 294.515, respetivamente. Por causa dos arredondamentos foi feito um ajustamento no montante de -378 ao valor dos dividendos.

Com a implementação do novo modelo de imparidade IFRS9 foram imputados aos Resultados Transitados os montantes de -379.172 e +115.262, referentes á imparidade e imposto corrente, respetivamente, e por conseguinte com um impacto global negativo nos mesmos.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2 663 948	2 730 032
Recuperação de juros anulados	256 729	226 518
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	626 454	609 918
Outros títulos de rendimento fixo	118 554	113 992
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
A Prazo	-	4 615
Títulos de regularização monetária	325	306
Títulos de intervenção monetária	20 977	5 775
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2 804	1 178
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	6 227	-
Juros de Ativos Financeiros - Títulos	49 797	3 006
Juros Mercado monetário Interbancário	36 372	1 541
Outros juros e rendimentos similares	-	1 936
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	188 699	170 378
	3 970 886	3 869 196

Houve um aumento global dos Juros e Rendimentos Similares no montante 101.691 contos (2,63%), explicado essencialmente pela emissão de novos títulos de tesouro no mercado primário durante o ano 2018 e pelos resultados da participação da Caixa nas operações do mercado aberto, nomeadamente, em aplicações nos Títulos de Regulação Monetária (TRM) e nos Títulos de Intervenção Monetário (TIM), bem como, pela regularização das prestações do plano de reembolso das Bonificações dos Juros pelo Estado.

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos de poupança		
Cadernetas	222 214	237 668
Depósitos à ordem		
De emigrantes	17 318	15 664
Depósitos a prazo		
De emigrantes	478 558	523 600
De residentes	542 560	612 949
Empréstimos		
De não residentes	297	286
De residentes	9 465	10 165
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	184 206	209 672
Juros anulados de crédito de Clientes		
Crédito Interno	339	22 610
Outros	5 124	5 160
	1 460 082	**1 637 774**

Os Juros e Encargos Similares decresceram 177.691 contos (10,85%), explicado essencialmente pela diminuição das taxas de juros de remuneração dos depósitos, pelo decréscimo dos juros dos títulos do mercado secundário e pela redução dos Juros Anulados de crédito de Clientes.

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	54 076	45 652
Comissões sobre operações cambiais	93 079	85 431
Garantias e avales prestados	13 214	13 002
Comissões de antecipação		
Comissões VISA	12 215	17 882
Créditos documentários	470	357
Comissões de manutenção de contas	21 886	7 232
Outros serviços bancários prestados	21 477	19 540
Outras comissões	28 556	15 168
	244 973	204 264
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(20 535)	(17 504)
Comissões VISA	(38 587)	(31 359)
Outras comissões e encargos	(42 182)	(38 332)
	(101 304)	(87 195)

A rubrica Rendimentos de serviços e comissões Líquidas evidenciou um crescimento de 26.601 contos (22,72%), em relação a 2017, explicado pelo aumento das Comissões Recebidas, no montante de 40.709 contos (19,9%), mas também pelos Encargos com serviços e comissões que evidenciaram um acréscimo de 14.109 contos (16%).

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018			2017		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	180 504	(100 288)	80 216	204 637	(101 140)	103 497
Resultados em notas e moedas	123 025	(90 843)	32 182	121 430	(141 230)	(19 800)
	303 529	(191 131)	112 398	326 067	(242 370)	83 697

O resultado de reavaliação Cambial evidenciou um aumento de 28.700 contos (34,29%), em relação a 2017, explicado sobretudo da reavaliação cambial do USD que cresceu 21.266 contos.

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os saldos destas rubricas corresponde a ganhos na alienação de ativos não corrente detidos para venda e outros fixos tangíveis.

Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	85
Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis (Nota 11)	25
	110

Nesta rubrica regista mais-valia resultante na alienação dos outros ativos tangíveis. Para o ano 2018, a Caixa fez unicamente a venda de uma viatura a um colaborador da Caixa.

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	**2017**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	28 383	25 638
Cartões de crédito	5 589	5 576
Venda de cheques e cadernetas	6 757	7 561
Locação de imóveis (Nota 8)	68	96
Recuperação de créditos incobráveis	37 881	77 946
Outros proveitos de exploração	40 112	20 982
	118 790	137 799
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(34 728)	(29 407)
Donativos	(420)	(255)
Quotizações	(2 143)	(2 053)
Fundo Garantia Depósitos	(7 543)	-
Outros	(8 006)	(672)
	(52 840)	(32 387)
Outros Resultados de exploração	**65 950**	**105 412**

A rubrica outros Resultados de Exploração decresceu 39.462 contos (-37,44%) decorrente sobretudo da diminuição da recuperação dos créditos abatidos ao ativo, que registou uma diminuição de 40.065 contos (-51,40%)

27. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações de empregados	614 185	579 075
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	32 710	26 093
Encargos sociais		
Previdência social	95 896	88 865
Despesas médicas	5 975	5 439
Outros	9 060	8 896
Prémios de produtividade (Nota 19)	43 423	35 323
Outros	4 280	5 374
	805 529	**749 064**

O aumento dos Gastos com Pessoal decorre essencialmente do aumento das Remunerações Mensal, na sequência do aumento salarial, do aumento da Contribuição para Previdência Social, bem como, do acréscimo da rubrica Prémio Produtividade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2018	2017
Administradores executivos	3	3
Direção Geral e Coordenação	32	33
Gerência e chefias	33	33
Técnicos	142	143
Administrativos	96	88
Apoio Geral e auxiliar	52	54
	358*	**354**

*Inclui um Administrador Executivo que não pertence ao quadro da Caixa

São 358 trabalhadores incluindo o Eng.º Antão Chantre, que não pertence ao quadro mas é um dos Administradores.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os números apresentados acima incluem 20 e 36 colaboradores, respetivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Serviços especializados	167 782	182 828
Encargos com ATM	105 196	106 928
Água, gás e eletricidade	54 205	54 179
Publicidade	47 492	23 931
Comunicações	35 120	29 089
Deslocações, estadas e representação	27 676	29 133
Material de consumo corrente	26 319	26 212
Seguros	15 297	18 933
Conservação e reparação	23 032	18 420
Rendas e alugueres	16 972	16 863
Combustíveis	8 382	7 446
Transportes	1 388	1 186
Encargos com formação do pessoal	1 024	17 716
Material informático	614	734
Contencioso e notariado	1 820	1 067
Outros	6 673	5 510
	538 993	**540 174**

O aumento dos Gastos Gerais Administrativos é justificado sobretudo pelo aumento das rubricas Publicações em mais 1.169 contos (132,03%), Promoção Instituição em 22.835 contos (99,50%), Conservação e Reparação de Equipamentos em 4.693 contos (25,61%) e pela rubrica Comunicação e Expedição em 6.032 contos (20.73%).

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2018	2017
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	509 029	750 930
Créditos documentários abertos	15 249	14 759
	524 278	765 689
Depósito e guarda de valores	41 741 849	41 105 516
Credito gerido p/conta terceiros	744 751	701 090
	43 010 879	42 572 296

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Depósitos e guarda de valores" inclui mCve. 41.741.849 e mCve. 41.105.516, respetivamente, relativos a títulos depositados na Caixa pelos clientes.

Na sequência da Resolução do Novo Banco e da passagem de ativos financeiros deste para o INPS e BCV, a Caixa assinou com estas duas instituições acordos de cessão e gestão das respetivas carteiras de crédito, a saber:

Com o INPS – Contrato de 06/07/17 entre Novo Banco, INPS e Caixa, de cessão à Caixa para efeitos de gestão de carteira de crédito proveniente do Novo Banco, cujo saldo em 31/12/18 é de 566.039 mCve.

Com o BCV – Contrato de 26/09/17 entre o BCV e Caixa, onde esta toma para efeitos de gestão uma carteira de crédito, cujo saldo em 31/12/18 é de 45.658mCve.

No âmbito desses acordos, as atribuições da Caixa consistem concretamente na recuperação das carteiras, ou seja na gestão e cobrança das prestações, devendo para o efeito desenvolver todas as diligências de forma criteriosa que caracteriza a atividade de acompanhamento, cobrança e recuperação, típicas dos bancos, no âmbito da sua atividade creditícia.

Em compensação à Caixa pelos serviços prestados, ambos os contratos preveem um success fee mensal de 20% sobre os juros cobrados, bem como uma comissão anual de gestão de 2% do valor do capital em dívida apurado a 31/12 do ano anterior, sendo que o total dos valores recebidos pela Caixa, (juros mensais + comissão anual de gestão) não deverá ultrapassar 50% do total dos juros efetivamente cobrados no ano em questão.

30. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de "Negociação e Vendas" e "Banca Comercial".

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a atividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de dezembro de 2018, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2018		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	1 050 209	2 920 677	3 970 886
Juros e encargos similares		(1 460 082)	(1 460 082)
MARGEM FINANCEIRA	1 050 209	1 460 596	2 510 805
Rendimentos de Instrumentos de capital		-	-
Rendimentos com serviços e comissões		244 973	244 973
Encargos com serviços e comissões		(101 304)	(101 304)
Resultados de reavaliação cambial		112 398	112 398
Resultados de alienação de outros ativos	110		110
Outros resultados de exploração	65 950		65 950
PRODUTO BANCÁRIO	1 116 270	1 716 663	2 832 932
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(867 092)
	1 116 270	1 716 663	1 965 840
Outros custos e proveitos		-	(1 432 284)
Imposto Corrente			(59 694)
Resultado após impostos			**473 862**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		9 459 301	9 459 301
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		1 217 059	1 217 059
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	1 489 786	8 496 173	9 985 960
Crédito a Clientes	14 783 024	37 364 819	52 147 844
Recursos de Outras Instituições de Crédito		200 076	200 076
Recursos de Clientes e outros empréstimos	380 301	67 464 399	67 844 700

Em 31 de dezembro de 2017, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2017		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	912 645	2 956 550	3 869 195
Juros e encargos similares		(1 637 774)	(1 637 774)
MARGEM FINANCEIRA	912 645	1 318 776	2 231 421
Rendimentos de Instrumentos de capital		170	170
Rendimentos com serviços e comissões		204 264	204 264
Encargos com serviços e comissões		(87 195)	(87 195)
Resultados de reavaliação cambial		83 697	83 697
Resultados de alienação de outros ativos	3 116		3 116
Outros resultados de exploração	105 412		105 412
PRODUTO BANCÁRIO	1 021 173	1 519 712	2 540 885
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações		(561 021)	(561 021)
	1 021 173	958 691	1 979 864
Outros custos e proveitos		-	(1 527 345)
Resultado após impostos			**452 519**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		10 190 370	10 190 370
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		2 129 308	2 129 308
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	1 795 552	6 730 599	8 528 240
Crédito a Clientes	14 420 344	32 489 222	46 907 492
Recursos de Outras Instituições de Crédito		634 647	634 647
Recursos de Clientes e outros empréstimos	413 634	66 606 101	67 019 735

A totalidade da atividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	dez/18			
	Estado de	Accionistas		
	Cabo Verde	INPS	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	8 896 000	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	174 753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	89 938
Outros activos	961 516	-	-	-
	9 857 516	**-**	**-**	**264 691**
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	56 107
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	19 041 703	-	-
	-	**19 041 703**	**-**	**56 107**
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	653 983	-	-	-
	653 983	**-**	**-**	**-**
Custos:				
Juros e encargos similares	186 027	424 700		
	186 027	**424 700**	**-**	**-**

	dez/17			
	Estado de	Accionistas		
	Cabo Verde	INPS	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	8 400 000	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	174 753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	78 339
Outros activos	1 034 550	-	-	-
	9 434 550	**-**	**-**	**253 092**
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	116 687
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	17 025 405	-	-
	-	**17 025 405**	**-**	**116 687**
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	620 615	-	-	-
	620 615	**-**	**-**	**-**
Custos:				
Juros e encargos similares	209 700	10 165	-	-
	209 700	**10 165**	**-**	**-**

Órgãos de gestão

Em 2018, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 25.523 (mCve. 25.523, no exercício de 2017) (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 3.700 e mCve. 4.593, respetivamente.

32. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adoção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise *a posteriori* dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respetivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projeções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2018						
Mapa Prazos Residuais	**Até 1 mês**	**De 1 mês a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 ano a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Indeterminado**	**Total**
Ativo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9 459 301						9 459 301
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	1 217 059						1 217 059
Aplicações em Instituições de crédito	8 438 855	402 464	1 113 627	0	0	31 014	9 985 960
Crédito a Clientes	2 242 680	846 896	5 087 550	14 307 225	23 805 872	5 857 620	52 147 844
	21 357 895	**1 249 360**	**6 201 178**	**14 307 225**	**23 805 872**	**5 888 634**	**72 810 164**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-198 320	0	0	0	0	-1 756	-200 076
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-35 943 438	-4 512 780	-19 346 405	-7 092 304	-366 667	-583 105	-67 844 700
	-36 141 758	**-4 512 780**	**-19 346 405**	**-7 092 304**	**-366 667**	**-584 861**	**-68 044 775**
Gap de Liquidez	**-14 783 864**	**-3 263 420**	**-13 145 227**	**7 214 921**	**23 439 206**	**5 303 773**	**4 765 388**

Mapa Prazos Residuais	2017						
	Até 1 mês	**De 1 mês a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 ano a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Indeterminado**	**Total**
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10 190 370,00						10 190 370,00
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédi	2 129 308,00						2 129 308,00
Aplicações em Instituições de crédito	6 900 000,00	23 876,00	1 608 225,00	0,00	0,00	-3 862,00	8 528 239,00
Crédito a Clientes	1 818 797,00	587 229,00	4 726 266,00	13 534 553,00	23 747 134,00	6 051 513,00	50 465 492,00
	21 038 475,00	**611 105,00**	**6 334 491,00**	**13 534 553,00**	**23 747 134,00**	**6 047 651,00**	**71 313 411,00**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00
Recursos de outras instituições de crédito	-581 687,00	0,00	-50 000,00	0,00	0,00	-2 960,00	-634 647,00
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-35 368 920,00	-5 010 438,00	-18 470 759,00	-7 154 439,00	-400 000,00	-615 179,00	-67 019 735,00
	-35 950 607,00	**-5 010 438,00**	**-18 520 759,00**	**-7 154 439,00**	**-400 000,00**	**-618 139,00**	**-67 654 382,00**
Gap de Liquidez	**-14 912 132,00**	**-4 399 333,00**	**-12 186 268,00**	**6 380 114,00**	**23 347 134,00**	**5 429 512,00**	**3 659 029,00**

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um caráter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adotada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos ativos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respetivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, o cash flows ativos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afetos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações ativas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

Mapa de Exposição Máxima ao Risco de Crédito

	2018	2017
Aplicações em Instituições de crédito	9 985 960	8 528 240
Crédito a Clientes (Liquido de Imparidade e Provisões)	47 592 161	46 907 492
	57 578 121	**55 435 732**
Outros Compromissos:		
Garantias e avales (liquido de provisões)	478 374	750 930
Créditos documentários abertos	15 249	14 759
Crédito Gerido por Conta de Terceiros	744 751	701 090
	1 238 374	**1 466 779**
Exposição Máxima a Risco de Crédito	**58 816 495**	**56 902 511**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

De acordo com os princípios do IFRS 9, o total do crédito inclui os juros corridos. Não inclui crédito titulado, juros a receber, receitas e custos diferidos.

	31/12/2018			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Retalho				
Particulares - Habitação				
Vincendo	10 750 047 500	1 101 943 904	1 691 079 137	13 543 070 541
Vencido	55 267	4 765 952	338 682 790	343 504 010
	10 750 102 768	1 106 709 856	2 029 761 927	13 886 574 551
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 274 375 831	848 336 615	666 003 108	5 788 715 555
Vencido	9 758	5 414 334	215 354 086	220 778 179
	4 274 385 589	853 750 950	881 357 195	6 009 493 733
Particulares - Revolving				
Vincendo	278 008 959	99 507 603	7 948 451	385 465 014
Vencido	236 380	2 204 151	58 331 794	60 772 325
	278 245 339	101 711 754	66 280 245	446 237 338
Empresas				
Vincendo	6 784 973 288	354 981 613	1 749 280 699	8 889 235 600
Vencido	0	3 183 151	1 846 485 878	1 849 669 029
	6 784 973 288	358 164 764	3 595 766 577	10 738 904 629
Produtores Individuais				
Vincendo	398 766 656	302 265 903	247 444 873	948 477 433
Vencido	0	930 857	134 187 041	135 117 897
	398 766 656	303 196 760	381 631 913	1 083 595 330
Instituições_Financeiras				
Vincendo	838 089	0	0	838 089
Vencido	0	0	0	0
	838 089	0	0	838 089
Sector_Público				
Vincendo	5 202 539 030	225 439 193	96 507	5 428 074 731
Vencido	0	7 362 722	1 067 784	8 430 506
	5 202 539 030	232 801 915	1 164 291	5 436 505 237
Desconsiderar (Desp_Cr_Vencido)				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido	0	0	56 615 615	56 615 615
	0	0	56 615 615	56 615 615
Total crédito vincendo	27 689 549 355	2 932 474 832	4 361 852 775	34 983 876 962
Total crédito vencido	301 405	23 861 167	2 650 724 988	2 674 887 561
Total de crédito	27 689 850 760	2 956 335 999	7 012 577 763	37 658 764 522

A Caixa ao adotar a IFRS 9 define que os ativos financeiros sujeitos à imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte. Assim sendo,

• Stage 1, agrega os ativos financeiros são classificados em stage 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;

• Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");

• Stage 3: os ativos classificados neste stage 3 apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Os indicadores de qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 calculados de acordo com os critérios definidos na Circular Série A, n.º 199 de 01 de janeiro de 2019, com referência a 31-12-2018, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, são apresentados da seguinte forma:

	2018	2017
Crédito em incumprimento/crédito total	11,00%	10,48%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total liquido	3,51%	3,43%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2018

	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	9 459 301	9 459 301	0	0	9 459 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 217 059	1 217 059	0	0	1 217 059
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 985 960	9 985 960	0	0	9 985 960
Crédito a Clientes	48 150 161	46 317 148	-1 833 012	3 997 683	52 147 844
	68 816 303	**66 983 291**	**-1 833 012**	**3 997 683**	**72 813 986**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais			0	0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-200 076	-200 076	0	0	-200 076
Recursos de clientes e outros empréstimos	-67 844 700	-68 387 072	-542 372	0	-67 844 700
	-68 044 775	**-68 587 147**	**-542 372**		**-68 044 775**

2017

	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de	Justo		Valor de	Valor de

	Balanço	Valor	Diferença	Balanço	Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	10 190 370	10 190 370	0	0	10 190 370
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 129 308	2 129 308	0	0	2 129 308
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	8 528 240	8 528 240	0	0	8 528 240
Crédito a Clientes	44 475 584	45 291 188	815 604	5 989 909	50 465 493
	65 327 325	**66 142 929**	**815 604**	**5 989 909**	**71 317 234**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais				0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-634 647	-635 298	-651	0	-634 647
Recursos de clientes e outros empréstimos	-67 019 735	-68 266 451	-1 246 716	0	-67 019 735
	-67 654 382	**-68 901 749**	**-1 247 367**		**-67 654 382**

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2018, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

2018

Justo Valor	**-200bp**	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	-652 358,02	-322 041,53	-167 515,69	122 396,97	258 539,74	514 883,48
Total	-652 358,02	-322 041,53	-167 515,69	122 396,97	258 539,74	514 883,48
Passivo	-1 861,83	-3 634,72	-4 521,16	-6 294,05	-7 180,50	-8 953,38
Total	-1 861,83	-3 634,72	-4 521,16	-6 294,05	-7 180,50	-8 953,38
Total Ganho/Perda	**-650 496,19**	**-318 406,81**	**-162 994,53**	**128 691,02**	**265 720,23**	**523 836,86**

2017

-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**

Ativo	-298 280,17	-283 119,50	-147 308,05	107 535,56	227 219,98	452 570,67
Total	-298 280,17	-283 119,50	-147 308,05	107 535,56	227 219,98	452 570,67
Passivo	-3 233,78	-5 448,40	-6 555,70	-8 770,32	-9 877,63	-12 092,25
Total	-3 233,78	-5 448,40	-6 555,70	-8 770,32	-9 877,63	-12 092,25
Total Ganho/Perda	**-295 046,39**	**-277 671,10**	**-140 752,35**	**116 305,88**	**237 097,61**	**464 662,92**

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA

2018

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício 2017	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54
Exercício 2018	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações corporate detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve 26.271.857 e a mCve. 27.165.795, respetivamente.

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

Mapa Risco Cambial	**2018**				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dolar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	8 055 749	1 127 338	229 967	46 247	9 459 301
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	51 268	631 244	432 392	102 156	1 217 059
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 698 869	108 225	178 866	0	9 985 960
Credito a Clientes (Saldo Bruto)	52 147 839	5	0	0	52 147 844
Outros Ativos (valor Liquido) Retirar Conta 3584+3580	2 152 932	48 715	43 345	6 361	2 251 353
	72 106 656	**1 919 348**	**884 571**	**154 764**	**75 065 339**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-176 840	-16 848	-6 387	0	-200 076
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-66 163 735	-791 842	-877 422	-11 701	-67 844 700
Outros Passivos	939 538	-1 106 836	-762	-143 063	-311 122
Outras reservas e resultados transitados	-2 639 099	-3 823	0	0	-2 642 921
	-68 040 136	**-1 919 348**	**-884 571**	**-154 764**	**-70 998 819**
Exposição Liquida	**4 066 520**	**0**	**0**	**0**	**4 066 520**

	2017				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dolar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	7.731.031	2.212.301	196.507	50.533	10.190.370
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	81.460	1.472.211	543.792	31.845	2.129.308
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3.823	0	0	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	8.396.138	108.225	23.876	0	8.528.240
Credito a Clientes (Saldo Bruto)	50.465.485	2	6	0	50.465.493
Outros Ativos (valor Liquido)	2.338.664	44.915	1.030	0	2.384.610
	69.012.777	**3.841.476**	**765.212**	**82.378**	**73.701.842**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-625.770	-3.378	-5.500	0	-634.647
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-64.627.845	-1.640.953	-745.653	-5.284	-67.019.735
Outros Passivos	1.962.019	-2.193.323	-14.059	-77.094	-322.456
Outras reservas e resultados transitados	-2.299.131	-3.823	0	0	-2.302.954
	-65.590.727	**-3.841.476**	**-765.212**	**-82.378**	**-70.279.792**
Exposição Liquida	**3.422.051**	**0**	**0**	**0**	**3.422.051**

33. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso nº 3/2007 de 19 de novembro do Banco de cabo Verde "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso nº 3/2007 do Banco de Cabo Verde define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e

- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2018	4 145 008	15,70%	198,40%
2017	4 136 245	15,78%	199,98%

34. Eventos Subsequentes

O acionista Geocapital comunicou à Caixa e ao mercado a sua intenção de alienar a totalidade da sua participação no capital social da Caixa.

No dia 24 de Abril de 2019, o Banco de Cabo Verde comunicou à IHCV – Internacional Holding Cabo Verde, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda., representada pelo Senhor Enrique Bañuelos de Castro, a sua não objeção à aquisição de participação qualificada, correspondente a 27,44%, no Capital Social da Caixa Económica de Cabo Verde.